

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	3
2.	ENTIDADES DO GRUPO.....	3
3.	APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	8
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
5.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
6.	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES.....	16
7.	TRIBUTOS A RECUPERAR.....	17
8.	TRIBUTOS DIFERIDOS.....	18
9.	ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES.....	18
10.	OUTROS CRÉDITOS.....	19
11.	INVESTIMENTOS.....	21
12.	IMOBILIZADO.....	29
13.	INTANGÍVEL.....	32
14.	FORNECEDORES.....	34
15.	TRIBUTOS A PAGAR.....	34
16.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	35
17.	DEBÊNTURES.....	39
18.	ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	41
19.	PROVISÕES.....	41
20.	CONTINGÊNCIAS.....	46
21.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	52
22.	OUTROS DÉBITOS.....	53
23.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	53
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	57
25.	RESULTADO POR AÇÃO.....	57
26.	RECEITA LÍQUIDA.....	58
27.	FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	59
28.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	60
29.	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA.....	60
30.	RESULTADO FINANCEIRO.....	61
31.	CONCILIAÇÃO DE TRIBUTOS NO RESULTADO.....	61
32.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	62
33.	SEGUROS.....	74
34.	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO.....	75
35.	TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.....	77
36.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	78

Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light S.A. (Companhia ou “Light”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

A Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

2. ENTIDADES DO GRUPO

a) Controladas Diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (Light Energia - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (São Judas Tadeu - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (Fontainha - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW.

- Lajes Energia S.A (Lajes Energia – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Piraí, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transfere a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras foram iniciadas em setembro de 2014.
- Renova Energia S.A. (Renova Energia – 21,9%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. A Renova Energia tem participação direta ou indireta que totaliza 2.241,7 MW contratados, dos quais 425 MW estão em operação ou aptos a operar. A Renova Energia é controlada em conjunto pela Light Energia (21,9%) e pela RR Participações S.A. (21,9% no bloco de controle). Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Participações - RENOVA ENERGIA					
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	(d)	Energética Serra da Prata S.A.	(i)	Renova PCH Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(i)	Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(i)	Chiplep SP Participações S.A.	(d)
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(i)	Centrais Eólicas Espigão Ltda.	(i)
Nova Renova Energia S.A.	(d)	Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	(i)
Bahia Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(i)	Centrais Eólicas Pilões Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	(i)	Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(i)	Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	(i)	Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(i)	Centrais Eólicas Morrão Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(i)	Renova Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Elétricas Seraíma Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(i)	Centrais Eólicas Borgo Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Tanque Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(i)	Centrais Eólicas Dourados Ltda.	(i)	Centrais Eólicas dos Araças Ltda.	(i)
Salvador Eólica Participações S.A.	(i)	Centrais Eólicas Maron Ltda.	(i)	Centrais Eólicas da Prata Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(i)	Centrais Eólicas Serra do Espinhaço Ltda.	(i)	Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	(i)
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(i)	Centrais Eólicas Ametista Ltda.	(i)	Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Arapuã Ltda.	(d)	Centrais Eólicas Cedro Ltda.	(d)	Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	(d)
Brasil PCH S.A	(i)	Centrais Eólicas Riacho de Santana Ltda.	(d)	Centrais Eólicas Conquista Ltda.	(d)
Renova Comercializadora de Energia S.A	(d)	Centrais Eólicas Lençóis Ltda.	(d)	Centrais Eólicas Santana Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda.	(d)	Centrais Eólicas Itapuã I Ltda	(d)	Centrais Eólicas Recôncavo I Ltda.	(d)
Centrais Eólicas Itapuã III Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã IV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã II Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã VI Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã V Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã IX Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã X Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã VIII Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XI Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XVI Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XIV Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XVIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XIX Ltda	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XVII Ltda	(d)
Centrais Eólicas Itapuã XXI Ltda	(d)	Renovapar S.A	(d)	Centrais Eólicas Itapuã XX Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista VIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XIII Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XVI Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista XVII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XVIII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XIX Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista XX Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista V Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista VI Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista VII Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista X Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista XI Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista I Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista II Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista III Ltda	(d)
Centrais Eólicas Bela Vista IV Ltda	(d)	Centrais Eólicas Bela Vista IX Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 1 Ltda	(d)
Centrais Eólicas Umburanas 2 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 3 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 4 Ltda	(d)
Centrais Eólicas Umburanas 5 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 6 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 7 Ltda	(d)
Centrais Eólicas Umburanas 8 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 10 Ltda	(d)
Centrais Eólicas Umburanas 11 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 12 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 13 Ltda	(d)
Centrais Eólicas Umburanas 14 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 15 Ltda	(d)	Centrais Eólicas Umburanas 16 Ltda	(d)
Centrais Eólicas Umburanas 18 Ltda	(d)				

(d) Controlada direta da Renova

(i) Controlada indireta da Renova

O percentual de participação indireta na Chipley é de 13,1%, na Brasil PCH é de 6,7%, na Renova PCH Ltda., Nova Renova Energia S.A., Centrais Elétricas Botuquara Ltda. e Centrais Elétricas Itaparica Ltda. é de 21,7% e nas demais é de 21,9%.

- Guanhães Energia S.A. (Guanhães Energia - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. Participa do consórcio Maracanã Solar de exploração de uma usina fotovoltaica, instalada na cobertura do estádio do Maracanã (51%). A EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda participa com 49%. A Light Esco obteve junto à Aneel autorização para tornar-se produtor independente de energia elétrica. A Light Esco também possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- EBL Companhia de Eficiência Energética S.A. (EBL – 33,3%, controlada em conjunto) - Sociedade que tem por objeto específico a prestação de serviços e soluções de eficiência energética e locação de equipamentos e instalações em unidades de propriedade ou alugadas pela Telemar Norte Leste S.A. Controlada em conjunto pela Light Esco (33,3%), pela Ecoluz S.A. (33,4%) e pela Petrobrás Distribuidora S.A. (33,3%).

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do Consórcio UHE Itaocara, constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT participa com 49%. Em 26 de novembro de 2013, foi assinado o termo de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001-Aneel, que regula a implantação e exploração da UHE Itaocara, conforme detalhado na nota explicativa 11.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (Light Soluções - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

b) Controladas em conjunto

Lightger S.A. (Lightger) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A PCH Paracambi entrou em operação no terceiro trimestre de 2012. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. (Energia Olímpica) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectarão à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%).

CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (E-Power) – Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, que terá como objeto principal fabricar veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”. A Light S.A. e CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A. (CR Zongshen), denominada “Kasinski”, são os únicos acionistas da Companhia, cada uma detentora, respectivamente, de 20% e 80% das ações ordinárias nominativas da E-Power. Em 24 de julho de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no capital social da E-Power para a CR Zongshen.

Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. Em 26 de agosto de 2010, a NESA

assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

c) Consolidação do Grupo Light

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas, que estão consolidadas nas seguintes bases abaixo apresentadas:

	30.09.2014		31.12.2013	
	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta	Percentual de participação (%) Direta	Percentual de participação (%) Indireta
Light Serviços de Eletricidade S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Central Eólica Fontainha Ltda.	-	100,0	-	100,0
Central Eólica São Judas Tadeu Ltda.	-	100,0	-	100,0
Lajes Energia S.A.	-	100,0	-	-
Light Esco Prestação de Serviços S.A.	100,0	-	100,0	-
Lightcom Comercializadora de Energia S.A.	100,0	-	100,0	-
Light Soluções em Eletricidade Ltda.	100,0	-	100,0	-
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social	100,0	-	100,0	-
Itaocara Energia Ltda.	100,0	-	100,0	-

d) Concessões e autorizações do Grupo Light

Segue abaixo um quadro resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 30 de setembro de 2014:

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
Light SESA e Light Energia	jun/1996	jun/2026
PCH Paracambi - Lightger	fev/2001	fev/2031
PCH Lajes - Lajes Energia	jul/2014	jun/2026
Usinas Eólicas - Renova Energia	ago/2010	ago/2045
Usinas Eólicas - Renova Energia	mar/2011 até mai/2011	mar/2046 até mai/2046
Usinas Eólicas - Renova Energia	mar/2012 e abr/2012	mar/2047 e abril/2047
Centrais Eólicas São Salvador Ltda - Renova Energia	mai/2013	mai/2048
PCH Cachoeira da Lixa - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 2 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
PCH Colino 1 - Renova Energia	dez/2003	dez/2033
Brasil PCH S.A - Renova Energia	dez/1999 até nov/2003	dez/2029 até nov/2033
Centrais Eólicas Bela Vista - Renova Energia	mar/2014	mar/2048
Centrais Eólicas Itapuã - Renova Energia	mar/2014	mar/2048
Centrais Eólicas Umburanas - Renova Energia	ago/2014	ago/2048
PCH Dores de Guanhães - Guanhães Energia	nov/2002	nov/2032
PCH Senhora do Pôrto - Guanhães Energia	out/2002	out/2032
PCH Jacaré - Guanhães Energia	out/2002	out/2032
PCH Fortuna II - Guanhães Energia	dez/2001	dez/2031

3. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A autorização para conclusão das informações financeiras intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2014.

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, CPC 21 (R1), que trata das demonstrações intermediárias, identificadas como Controladora - BR GAAP.
- As informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, *International Accounting Standards* (IAS) nº 34, correspondente à norma contábil brasileira CPC 21 (R1) que trata das informações financeiras intermediárias, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas

emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações financeiras intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações financeiras intermediárias individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais, elaboradas de acordo com o BR GAAP, e consolidadas, elaboradas de acordo com o BR GAAP e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas em 20 de março de 2014. As práticas contábeis adotadas para estas informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Administração decidiu por apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada como redutores da conta de despesa com energia comprada, ao invés de apresentá-los como redução do PIS e COFINS incidentes sobre as receitas, para alinhar este critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor. Esta reclassificação foi realizada na demonstração do resultado consolidado do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e na demonstração do valor adicionado consolidado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 para fins de comparabilidade, não impactando o lucro líquido desses períodos.

Adicionalmente, a Administração reavaliou o critério de apresentação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa,

proporcionando apenas uma reclassificação relativa ao período de 2013 para fins de comparabilidade.

- i. Demonstração do resultado consolidado, trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013.

	01.07.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽¹⁾	01.07.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	1.737.581	(58.198)	1.679.383
CUSTO DA OPERAÇÃO	(945.651)	58.198	(887.453)
Energia comprada para revenda	(628.368)	58.198	(570.170)
Pessoal	(46.531)	-	(46.531)
Materiais	(7.046)	-	(7.046)
Serviços de terceiros	(52.377)	-	(52.377)
Depreciações e amortizações	(90.398)	-	(90.398)
Custo de construção	(122.392)	-	(122.392)
Outras	1.461	-	1.461
LUCRO BRUTO	791.930	-	791.930
DESPESAS OPERACIONAIS	(168.947)	-	(168.947)
Despesas com vendas	(63.890)	-	(63.890)
Despesas gerais e administrativas	(104.825)	-	(104.825)
Outras receitas	5.730	-	5.730
Outras despesas	(5.962)	-	(5.962)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(1.465)	-	(1.465)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	621.518	-	621.518
RESULTADO FINANCEIRO	(121.444)	-	(121.444)
Receita	78.496	-	78.496
Despesa	(199.940)	-	(199.940)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	500.074	-	500.074
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.296)	-	(29.296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(149.310)	-	(149.310)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	321.468	-	321.468

⁽¹⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

	01.01.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽¹⁾	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	5.602.342	(246.095)	5.356.247
CUSTO DA OPERAÇÃO	(4.008.516)	246.095	(3.762.421)
Energia comprada para revenda	(2.947.493)	246.095	(2.701.398)
Pessoal	(144.421)	-	(144.421)
Materiais	(12.665)	-	(12.665)
Serviços de terceiros	(151.643)	-	(151.643)
Depreciações e amortizações	(263.131)	-	(263.131)
Custo de construção	(455.241)	-	(455.241)
Outras	(33.922)	-	(33.922)
LUCRO BRUTO	1.593.826	-	1.593.826
DESPESAS OPERACIONAIS	(528.745)	-	(528.745)
Despesas com vendas	(196.047)	-	(196.047)
Despesas gerais e administrativas	(317.599)	-	(317.599)
Outras receitas	4.818	-	4.818
Outras despesas	(19.917)	-	(19.917)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(2.572)	-	(2.572)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	1.062.509	-	1.062.509
RESULTADO FINANCEIRO	(355.783)	-	(355.783)
Receita	216.785	-	216.785
Despesa	(572.568)	-	(572.568)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	706.726	-	706.726
Imposto de renda e contribuição social correntes	(102.124)	-	(102.124)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(146.277)	-	(146.277)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	458.325	-	458.325

⁽¹⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

ii. Demonstração do valor adicionado consolidado, período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

	01.01.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽¹⁾	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
Receitas	7.698.752	-	7.698.752
Venda de mercadorias, produtos e serviços	7.358.074	-	7.358.074
Receitas referentes à construção de ativos próprios	455.241	-	455.241
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	(114.563)	-	(114.563)
Insumos adquiridos de terceiros	(3.766.829)	246.095	(3.520.734)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.947.493)	246.095	(2.701.398)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(819.336)	-	(819.336)
Valor adicionado bruto	3.931.923	246.095	4.178.018
Retenções	(292.607)	-	(292.607)
Depreciação e amortização	(292.607)	-	(292.607)
Valor adicionado líquido produzido	3.639.316	246.095	3.885.411
Valor adicionado recebido em transferência	214.213	-	214.213
Resultado de equivalência patrimonial	(2.572)	-	(2.572)
Receitas financeiras	216.785	-	216.785
Valor adicionado total a distribuir	3.853.529	246.095	4.099.624
Distribuição do valor adicionado	3.853.529	246.095	4.099.624
Pessoal	228.696	-	228.696
Remuneração direta	167.746	-	167.746
Benefícios	38.541	-	38.541
FGTS	17.477	-	17.477
Outros	4.932	-	4.932
Impostos, taxas e contribuições	2.520.927	246.095	2.767.022
Federais	865.769	246.095	1.111.864
Estaduais	1.648.427	-	1.648.427
Municipais	6.731	-	6.731
Remuneração de capitais de terceiros	645.581	-	645.581
Juros	586.177	-	586.177
Aluguéis	42.143	-	42.143
Outras	17.261	-	17.261
Remuneração de capitais próprios	458.325	-	458.325
Lucros retidos	458.325	-	458.325

⁽¹⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

iii. Demonstração dos fluxos de caixa consolidado, período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

	01.01.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽²⁾	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
Caixa Líquido Atividades Operacionais	686.557	84.834	771.391
Caixa gerado (aplicado) nas operações	1.567.689	-	1.567.689
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	706.726	-	706.726
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	114.563	-	114.563
Depreciação e amortização	292.607	-	292.607
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível / Imobilizado	9.194	-	9.194
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	79.556	-	79.556
Provisões para contingências depósitos judiciais / Atualizações	56.160	-	56.160
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	4.996	-	4.996
Despesa de juros sobre empréstimos e debêntures	283.745	-	283.745
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	91.059	-	91.059
Variação swap	(45.786)	-	(45.786)
Resultado de equivalência patrimonial	2.572	-	2.572
Remuneração de Ativo Financeiro da Concessão	(27.703)	-	(27.703)
Variações nos Ativos e Passivos	(881.132)	84.834	(796.298)
Títulos e valores mobiliários	(8.868)	-	(8.868)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	225.984	-	225.984
Tributos, contribuições e impostos	(90.200)	-	(90.200)
Estoques	(984)	-	(984)
Serviços prestados a receber	(4.212)	-	(4.212)
Despesas pagas antecipadamente	(11.480)	-	(11.480)
Depósitos vinculados a litígios	(46.712)	-	(46.712)
Subvenção CDE	(303.416)	-	(303.416)
Outros ativos	(95.796)	-	(95.796)
Fornecedores	(178.785)	-	(178.785)
Obrigações estimadas	13.005	-	13.005
Tributos, contribuições e impostos	83.030	-	83.030
Encargos regulatórios	(50.260)	-	(50.260)
Provisões	(58.264)	-	(58.264)
Benefícios pós-emprego	(88.102)	84.834	(3.268)
Outros passivos	31.408	-	31.408
Juros pagos	(209.393)	-	(209.393)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(88.087)	-	(88.087)
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento	(601.932)	-	(601.932)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(83.159)	-	(83.159)
Aquisições de bens do ativo intangível	(452.155)	-	(452.155)
Aplicações/Aquisições no Investimento	(74.584)	-	(74.584)
Aplicações financeiras	7.966	-	7.966
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	1.472.360	(84.834)	1.387.526
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(74.792)	-	(74.792)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.434.710	-	2.434.710
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(887.558)	-	(887.558)
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	-	(84.834)	(84.834)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.556.985	-	1.556.985
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	230.356	-	230.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.787.341	-	1.787.341

⁽²⁾ Reclassificação da amortização da dívida contratual com plano de pensão.

a) Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 – *Impairment* de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – *Impairment* de ativos – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou as alterações nas informações financeiras intermediárias, e não foi identificado nenhum impacto relevante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Numerário disponível	154	235	5.989	50.431
Aplicações Financeiras de liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.293	26.567	370.198	495.998
TOTAL	2.447	26.802	376.187	546.429

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações é de 99,8% do CDI em 30 de setembro de 2014 (99,8% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 32.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estes papéis são representados por Certificado de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado, no montante de R\$985.865 em 30 de setembro de 2014 (R\$1.244.000 em 31 de dezembro de 2013), nas informações financeiras consolidadas. São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) recursos destinados ao pré-pagamento de dívidas, (iii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 101,0% do CDI em 30 de setembro de 2014 (99,8% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecimento faturado	1.132.905	-	1.132.905	1.097.252	-	1.097.252
Fornecimento não faturado	282.063	-	282.063	317.007	-	317.007
Parcelamento de débitos	91.871	152.498	244.369	97.208	157.798	255.006
Energia de curto prazo	46.736	-	46.736	19.164	-	19.164
Comercialização no ambiente livre	126.600	-	126.600	138.834	-	138.834
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	13.769	-	13.769	14.299	-	14.299
Outras contas a receber	1.214	69.897	71.111	1.210	51.616	52.826
	1.695.158	222.395	1.917.553	1.684.974	209.414	1.894.388
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(511.196)	-	(511.196)	(461.561)	-	(461.561)
TOTAL	1.183.962	222.395	1.406.357	1.223.413	209.414	1.432.827

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No período de nove meses de 2014 foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$41.576 (R\$386.779 no período de nove meses de 2013). As baixas foram realizadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação relevante de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

FORNECIMENTO FATURADO E PARCELAMENTO	Saldos a vencer	Saldos vencidos		TOTAL		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Residencial	227.513	105.153	138.564	471.230	434.624	(133.358)	(104.983)
Industrial	19.127	6.987	118.905	145.019	156.760	(70.029)	(68.146)
Comercial	139.760	37.005	270.365	447.130	489.569	(248.904)	(230.922)
Rural	1.038	313	451	1.802	1.888	(389)	(519)
Poder Público	69.543	34.846	105.737	210.126	208.579	(47.259)	(45.031)
Iluminação Pública	13.598	5.256	19.464	38.318	31.273	(6.235)	(7.057)
Serviço Público	15.069	28.773	19.807	63.649	29.565	(5.022)	(4.903)
TOTAL	485.648	218.333	673.293	1.377.274	1.352.258	(511.196)	(461.561)

Seguem abaixo as movimentações da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD consolidada nos períodos:

SALDO EM 31.12.2013	(461.561)
(Adições) / Reversões	(91.211)
Baixas	41.576
SALDO EM 30.09.2014	(511.196)

SALDO EM 31.12.2012	(721.905)
(Adições) / Reversões	(114.563)
Baixas	386.779
SALDO EM 30.09.2013	(449.689)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 32.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	101.508	95.863	197.371	105.821	88.777	194.598
ICMS a compensar	75.477	94.801	170.278	70.275	88.777	159.052
PIS e COFINS a compensar	5.261	-	5.261	15.782	-	15.782
Outros	20.770	1.062	21.832	19.764	-	19.764
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	40.138	-	40.138	55.140	-	55.140
Créditos fiscais	15.740	-	15.740	28.170	-	28.170
Antecipações	24.398	-	24.398	26.970	-	26.970
TOTAL	141.646	95.863	237.509	160.961	88.777	249.738

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Ativo IR e CSLL	Passivo IR e CSLL	Líquido IR e CSLL	Ativo IR e CSLL	Passivo IR e CSLL	Líquido IR e CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	165.723	-	165.723	151.745	-	151.745
Provisão para participação nos lucros e resultados	8.813	-	8.813	12.357	-	12.357
Provisões para riscos trabalhistas	52.600	-	52.600	54.343	-	54.343
Provisões para riscos fiscais	63.778	-	63.778	72.548	-	72.548
Provisões para riscos cíveis	53.217	-	53.217	56.486	-	56.486
Ativos e passivos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	185.325	-	185.325	127.106	-	127.106
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	-	-	-	39.109	-	39.109
Outros	20.463	-	20.463	17.760	-	17.760
Prejuízos fiscais	241.588	-	241.588	236.601	-	236.601
Base negativa de contribuição social	89.999	-	89.999	88.203	-	88.203
Remuneração do ativo financeiro	-	(205.417)	(205.417)	-	(194.536)	(194.536)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(55.363)	(55.363)	-	(43.386)	(43.386)
Custo atribuído Light Energia	-	(214.296)	(214.296)	-	(221.911)	(221.911)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	881.506	(475.076)	406.430	856.258	(459.833)	396.425
Apresentação pelo líquido	(252.267)	252.267	-	(233.423)	233.423	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	629.239	(222.809)	406.430	622.835	(226.410)	396.425

9. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

A movimentação dos saldos, líquidos de obrigações especiais, referentes ao ativo indenizável (Concessão), nos períodos está assim apresentada:

SALDO EM 31.12.2013	1.926.226
Adições ^(a)	257.809
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) ^(b)	32.004
Baixas	(1.104)
SALDO EM 30.09.2014	2.214.935
SALDO EM 31.12.2012	1.573.349
Adições ^(a)	159.971
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) ^(b)	27.703
Baixas	(1.396)
SALDO EM 30.09.2013	1.759.627

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 (vide nota explicativa 13).

^(b) IGPM sobre o Ativo Financeiro indenizável homologado no último processo de revisão tarifária.

10. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Fornecedores e Empregados	62.357	-	62.357	39.016	-	39.016
Contas a receber de alienação de imóveis	-	-	-	12.046	-	12.046
Contribuição Iluminação Pública	31.620	-	31.620	58.424	-	58.424
Dispêndios a Reembolsar	23.043	-	23.043	34.249	-	34.249
Subvenção Baixa Renda	7.269	-	7.269	6.278	-	6.278
Subvenção CDE ^(a)	202.634	-	202.634	33.680	-	33.680
Bens e Direitos Destinados a Alienação	-	2.147	2.147	-	2.147	2.147
Outros ^(b)	45.527	639	46.166	30.603	639	31.242
TOTAL	372.450	2.786	375.236	214.296	2.786	217.082

^(a) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e 8.221/14, conforme descrito abaixo.

^(b) Referente a outros créditos de naturezas diversas.

Em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final do ano de 2012, entre elas os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas esteve direcionado para o patamar máximo e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência, aliada à rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela Aneel, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo no final do exercício de 2012 e início de 2013. Em função deste cenário e pelo fato das concessionárias de distribuição não terem influência sobre esses custos, o governo federal brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte destes efeitos para as distribuidoras nesse período.

Em 2014, o problema se ampliou em função do aumento da exposição involuntária das distribuidoras devido aos contratos que venceram em dezembro de 2013, o que fez com que novas medidas fossem necessárias, adicionais à Lei nº 12.783/13.

Para a cobertura do déficit do mês de janeiro de 2014, o governo editou o Decreto nº 8.203/14, de 07 de março de 2014, ampliando a destinação de recursos da CDE para neutralizar a exposição contratual involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, decorrente da compra frustrada no Leilão de Energia Existente A-1 de dezembro de 2013.

Com o intuito de sanar o déficit tarifário das concessionárias de distribuição para os demais meses do ano (de fevereiro a dezembro de 2014), o governo editou, no dia 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/14, que determina a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulado CONTA-ACR, a ser administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para a qual serão destinados recursos a serem captados pela CCEE junto a instituições financeiras para cobrir, total ou parcialmente, o déficit tarifário incorrido pelas concessionárias de distribuição de

energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas aos Contratos por Disponibilidade.

Para regulamentar o referido Decreto, a Aneel instaurou Audiência Pública (AP) nº007/14, que divulgou, na data de 16 de abril de 2014, o resultado final da AP, por meio da Nota Técnica 135/2014-SRE/Aneel e homologação da Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014. De acordo com os documentos disponibilizados, os recursos decorrentes do empréstimo da CCEE são repassados para as distribuidoras nas suas respectivas contas vinculadas à liquidação no mercado de curto prazo. Em momento futuro, os recursos aportados serão pagos pelos consumidores cativos a partir dos reajustes tarifários de 2015, incorporados à CDE, cujo valor unitário será uniforme para todos os consumidores cativos do país.

O montante total reconhecido como consequência destas regulamentações foi de R\$1.547.852 no período de nove meses de 2014 (R\$764.647 no período de nove meses de 2013), restando receber deste valor apenas R\$170.779 referente a setembro de 2014. Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica na rubrica Energia elétrica comprada para revenda, em contrapartida a outros créditos, no resultado do exercício, na rubrica Subvenção CDE, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Avaliados por equivalência patrimonial: *				
Light SESA	2.217.533	2.436.463	-	-
Light Energia	700.371	707.236	-	-
Renova Energia ^(b)	-	-	370.674	376.923
Guanhães Energia ^{(a)(b)}	-	-	86.766	86.766
Light Esco	111.181	104.339	-	-
EBL Energia	-	-	365	406
Lightcom	49.416	16.263	-	-
Light Soluções	2.588	2.497	-	-
Lightger	41.635	41.712	41.635	41.712
Itaocara Energia ^(a)	24.307	23.945	-	-
Axxiom	18.983	8.207	18.983	8.207
Amazônia Energia ^(a)	122.138	106.380	122.138	106.380
SUBTOTAL	3.288.152	3.447.042	640.561	620.394
Ágio por rentabilidade futura	2.034	2.034	2.034	2.034
Outros Investimentos permanentes	-	-	19.628	19.775
SUBTOTAL	2.034	2.034	21.662	21.809
TOTAL DO INVESTIMENTO	3.290.186	3.449.076	662.223	642.203

^(a) Empresas em fase pré-operacional

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido ajustado para fins de equivalência patrimonial

*Lajes Energia, E-Power, SPE Olímpica e Instituto Light não possuíam saldos nos períodos apresentados.

Informações sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) apresentados abaixo:

Controladora									
Controladas e controladas em conjunto - Participações		Patrimônio Líquido		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos		Lucro / (Prejuízo) do período	
		30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	30.09.2013
Light SESA	100,0%	2.217.533	2.436.463	(186.005)	-	-	(12.877)	(17.925)	301.415
Light Energia	100,0%	700.371	707.236	(163.752)	(34.652)	-	(28.925)	122.235	141.544
Light Esco	100,0%	111.180	104.339	(1.511)	(90)	-	(15.615)	8.264	11.915
Lightcom	100,0%	49.417	16.263	(6.465)	(1.035)	-	(63)	38.584	6.891
Light Soluções	100,0%	2.588	2.497	(142)	(142)	-	-	90	337
Lightger	51,0%	41.635	41.712	(1.165)	-	-	-	1.088	3.431
Itaocara Energia	100,0%	24.307	23.945	-	-	-	-	(329)	(297)
Axxiom	51,0%	18.983	8.207	-	(234)	-	-	(1.240)	38
Amazônia Energia	25,5%	122.138	106.380	-	-	-	-	(1.065)	(843)
		3.288.152	3.447.042	(359.040)	(36.153)	-	(57.480)	149.702	464.431

Consolidado								
Controladas em conjunto - Participações	Patrimônio líquido		Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber		Recursos destinados a aumento de capital		Lucro / (Prejuízo) do período	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	30.09.2013
Light Energia								
Renova Energia	21,9%	215.841	220.123	-	-	-	(2.720)	(909)
Guanhães Energia	51,0%	70.180	73.753	-	-	-	47.233	-
Light Esco							-	-
EBL Energia	33,3%	365	406	-	-	-	-	(41)
Lightger	51,0%	41.635	41.712	(1.165)	-	-	-	1.088
Axxiom	51,0%	18.983	8.207	-	(234)	-	-	(1.240)
Amazônia Energia	25,5%	122.138	106.380	-	-	-	-	(1.065)
		469.142	450.581	(1.165)	(234)	-	47.233	(3.978)
								1.786

Outras informações:

Controladora				
Controladas e controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Light SESA	2.082.365	2.082.365	10.431.937	10.596.246
Light Energia	77.422	77.422	2.229.682	2.102.105
Light Esco	79.584	79.584	271.100	310.636
Lightcom	4.500	4.500	144.642	80.529
Light Soluções	1.350	1.350	3.685	3.629
Lightger	40.408	40.408	101.332	103.546
Itaocara Energia	29.562	29.562	26.566	27.137
Axxiom	8.772	6.987	35.781	21.273
Amazônia Energia	125.878	109.055	122.131	106.379
E-Power	777	777	459	459

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Light Energia				
Renova Energia	214.971	214.574	1.113.301	810.226
Guanhães Energia	70.180	26.520	158.989	142.949
Light Esco				
EBL Energia	367	367	370	420
Lightger	40.408	40.408	101.332	103.546
Axxiom	8.772	6.987	35.781	21.273
Amazônia Energia	125.878	109.055	122.131	106.379
E-Power	777	777	459	459

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013:

	Controladora						
	31.12.2013	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Resultados Abrangentes	Outros	Equivalência Patrimonial	
Light SESA	2.436.463	-	(201.005)	-	-	(17.925)	2.217.533
Light Energia	707.236	-	(129.100)	-	-	122.235	700.371
Light Esco	104.339	-	(1.422)	-	-	8.264	111.181
Lightcom	16.263	-	(5.430)	-	(1)	38.584	49.416
Light Soluções	2.497	-	-	-	1	90	2.588
Lightger	41.712	-	(1.165)	-	-	1.088	41.635
Itaocara Energia	23.945	689	-	-	2	(329)	24.307
Axxiom	8.207	11.781	-	-	235	(1.240)	18.983
Amazônia Energia	106.380	16.822	-	-	1	(1.065)	122.138
TOTAL	3.447.042	29.292	(338.122)	-	238	149.702	3.288.152

	Controladora						
	31.12.2012	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Resultados Abrangentes	Outros	Equivalência Patrimonial	
Light SESA	2.188.815	-	-	-	-	301.415	2.490.230
Light Energia	578.819	-	(33.897)	-	-	141.544	686.466
Light Esco	108.904	-	(14.643)	-	(3.637)	11.915	102.539
Lightcom	9.017	-	-	-	3.085	6.891	18.993
Light Soluções	2.042	-	-	-	-	337	2.379
Lightger	41.909	-	-	-	(1)	3.431	45.339
Itaocara Energia	24.567	-	-	-	(1)	(297)	24.269
Axxiom	5.160	-	-	-	2	38	5.200
Amazônia Energia	69.576	24.294	-	-	2	(843)	93.029
E-Power	132	-	-	-	-	-	132
TOTAL	3.028.941	24.294	(48.540)	-	(550)	464.431	3.468.576

	Consolidado					
	31.12.2013	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Outros	Equivalência Patrimonial	30.09.2014
Light Energia						
Renova Energia	376.923	-	-	(3.529)	(2.720)	370.674
Guanhães Energia	86.766	-	-	-	-	86.766
Light Esco						
EBL Energia	406	-	-	-	(41)	365
Lightger	41.712	-	(1.165)	-	1.088	41.635
Axxiom	8.207	11.781	-	235	(1.240)	18.983
Amazônia Energia	106.380	16.822	-	1	(1.065)	122.138
TOTAL	620.394	28.603	(1.165)	(3.293)	(3.978)	640.561

	Consolidado					
	31.12.2012	Aumento de capital	Aquisição de participação	Outros	Equivalência Patrimonial	30.09.2013
Light Energia						
Renova Energia	381.383	-	-	(3.715)	(909)	376.759
Guanhães Energia	36.476	50.290	-	-	-	86.766
Light Esco						
EBL Energia	712	-	(22)	(112)	107	685
Lightger	41.909	-	-	37	3.393	45.339
Axxiom	5.160	-	-	2	38	5.200
Amazônia Energia	69.576	24.294	-	2	(843)	93.029
E-Power	132	-	-	-	-	132
TOTAL	535.348	74.584	(22)	(3.786)	1.786	607.910

Os saldos integrais das principais controladas em conjunto que foram registrados por meio do método de equivalência patrimonial nos períodos, são como segue:

	30.09.2014	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES	EBL
ATIVO							
Circulante	58.880	237	24.900	430.753	30.961	1.121	
Caixa e Equivalente Caixa	11.009	228	21.653	328.840	30.947	820	
Outros	47.871	9	3.247	101.913	14	301	
Não Circulante	11.279	478.710	173.790	4.652.816	280.783	-	
TOTAL DO ATIVO	70.159	478.947	198.690	5.083.569	311.744	1.121	
PASSIVO							
Circulante	27.670	-	12.844	491.133	168.292	10	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.773	-	7.260	384.630	165.972	-	
Outros	21.897	-	5.584	106.503	2.320	10	
Não Circulante	5.269	-	104.209	2.054.190	5.844	-	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.006	-	104.209	2.038.945	-	-	
Outros	263	-	-	15.245	5.844	-	
Patrimônio líquido	37.220	478.947	81.637	2.538.246	137.608	1.111	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.159	478.947	198.690	5.083.569	311.744	1.121	

Acumulado 9 meses - 2014	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES	EBL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de vendas	38.641	-	9.201	172.952	-	46
Custos das vendas	(32.129)	-	-	(82.777)	-	(79)
LUCRO BRUTO	6.512	-	9.201	90.175	-	(33)
Despesas gerais e administrativas	(5.282)	(19)	(2.584)	(55.925)	-	(110)
Equivalência Patrimonial	679	(4.178)	1.095	(2.720)	-	-
Resultado financeiro líquido	(791)	18	(4.279)	(34.053)	-	29
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	1.118	(4.179)	3.433	(2.523)	-	(114)
Imposto de renda e contribuição social	(439)	-	(1.285)	(9.918)	-	(8)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	679	(4.179)	2.148	(12.441)	-	(122)

31.12.2013	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES	EBL
ATIVO						
Circulante	33.563	287	21.381	475.910	40.918	1.238
Caixa e Equivalente Caixa	10.045	275	17.703	374.047	39.283	918
Outros	23.518	12	3.678	101.863	1.635	320
Não Circulante	8.149	416.890	181.651	3.230.523	239.374	34
TOTAL DO ATIVO	41.712	417.177	203.032	3.706.433	280.292	1.272
PASSIVO						
Circulante	15.040	-	11.352	1.409.536	130.368	41
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.070	-	7.656	1.109.116	122.540	-
Outros	8.970	-	3.696	300.420	7.828	41
Não Circulante	10.579	-	109.893	1.296.338	5.310	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.012	-	109.893	1.281.140	-	-
Outros	567	-	-	15.198	5.310	-
Patrimônio líquido	16.093	417.177	81.787	1.000.559	144.614	1.231
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.712	417.177	203.032	3.706.433	280.292	1.272

Acumulado 9 meses - 2013	AXXIOM	AMAZÔNIA	LIGHTGER	RENOVA	GUANHÃES	EBL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de vendas	25.582	-	22.355	167.490	-	1.056
Custos das vendas	(19.706)	-	(8.188)	(70.149)	-	(580)
LUCRO BRUTO	5.876	-	14.167	97.341	-	476
Despesas gerais e administrativas	(5.333)	(3.336)	(2.071)	(37.751)	-	(163)
Resultado financeiro líquido	-	33	(4.823)	(56.727)	-	45
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	543	(3.303)	7.273	2.863	-	358
Imposto de renda e contribuição social	(468)	-	(621)	(6.995)	-	(32)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	75	(3.303)	6.652	(4.132)	-	326

Em 30 de setembro de 2014, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Renova Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função do saldo das notas promissórias a pagar. Todavia, ocorrendo a liberação do empréstimo, já aprovado com o BNDES, a situação regularizar-se-á.

Em 30 de setembro de 2014, o passivo circulante da controlada indireta em conjunto Guanhães Energia estava superior ao ativo circulante. Isso ocorreu principalmente em função de atrasos de parte das captações junto ao BNDES para a construção dos

empreendimentos. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES.

a) Consórcios

- Consórcio UHE Itaocara

A Companhia, por meio da controlada Itaocara Energia, participa do consórcio UHE Itaocara, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio destina-se à exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara. Os saldos ativos e passivos referentes à participação no Consórcio são incorporados aos saldos da controlada. Em 28 de dezembro de 2011, foi concedida a licença prévia pelo IBAMA e, em 29 de julho de 2013, a UHE Itaocara obteve a licença de instalação, que permite o início das obras.

Em 9 de agosto de 2013, foi efetuado o requerimento, pela controlada Itaocara Energia, de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001 perante a Aneel, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013. A decisão foi baseada no comprometimento do tempo de receita necessário para o retorno do investimento em virtude da utilização de 12 anos do prazo da concessão para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação.

Ainda com base no referido artigo, a Companhia entende que não haverá perda nos investimentos efetuados no empreendimento até então, uma vez que foram assegurados os seguintes direitos: (i) liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos. Os investimentos registrados como ativo na Itaocara Energia são basicamente custos necessários para a obtenção da Licença Ambiental Prévia, da Licença Ambiental de Instalação e de viabilidade do projeto.

Em 26 de novembro de 2013, foi assinado pelo Ministério das Minas e Energia – MME e pela controlada Itaocara Energia o termo de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001-Aneel, que regula a implantação e exploração da UHE Itaocara. Considerando a referida devolução, o consórcio reverteu a obrigação pelo Uso do Bem Público, em contrapartida ao ativo intangível. O leilão da UHE Itaocara I estava previsto para ocorrer em 13 de dezembro de 2013, conforme edital do Leilão nº. 10/2013, mas a Aneel, em nota divulgada em 04 de dezembro de 2013, retirou a UHE Itaocara I do leilão devido a uma reavaliação do Valor de Reserva de Disponibilidade Hídrica. O projeto da UHE Itaocara I está inscrita no leilão A-5 que ocorrerá em 28 de novembro de 2014, conforme edital nº 06/2014, sendo que a Companhia avalia a possibilidade de participar deste processo.

- Consórcio Maracanã Solar

A Companhia, por meio da controlada Light Esco S.A., participa do Consórcio Maracanã Solar, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica Ltda. – EDF Consultoria, 49,0%. O consórcio destina-se ao desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kWp, instalada na cobertura do estádio do Maracanã. A construção foi finalizada no segundo trimestre de 2013.

O contrato original assinado com o Estado do Rio de Janeiro previa a recuperação do valor investido através de comercialização de energia. Em Agosto de 2013, foi assinado aditivo com o Estado do Rio de Janeiro, alterando a forma de recuperação do investimento realizado para comercialização de cotas de patrocínio da usina fotovoltaica, por meio do selo Maracanã Solar. No entanto, considerando que as cotas ainda estão em negociação, a Administração decidiu por efetuar uma provisão para perda sobre os ativos imobilizados referentes aos investimentos feitos pelo Consórcio no montante de R\$4.968 por não ter evidências suficientes sobre a recuperabilidade destes ativos em 31 de dezembro de 2013.

- Consórcio UHE Água Limpa

A Companhia, por meio da controlada Light Energia S.A., participa do Consórcio UHE Água Limpa, no Estado do Mato Grosso, com participação de 51,0%, sendo a outra parte da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, 49,0%. O consórcio tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial do empreendimento. Nenhum gasto significativo foi incorrido até 30 de setembro de 2014.

b) Entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova Energia S.A.

Em 14 de fevereiro de 2014, a Cemig GT realizou um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de R\$739.943 na Chipley SP Participações S.A. (Chipley), controlada em conjunto da Renova Energia, que foram utilizados integralmente para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH S.A. (Brasil PCH) (49% de participação detida pela Petrobras e 2% detida pela Jobelpa), compartilhando assim o seu controle.

Em 20 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Renova Energia aprovou um aumento de capital no valor total de até R\$ 3.545.602, pelo preço de emissão de R\$ 17,7789 por ação, equivalente a R\$53,3367 por Unit (composta por 1 ação ON e 2 ações PN).

Em 31 de março de 2014, o Conselho de Administração da Renova Energia aprovou a realização pela Cemig GT de um AFAC, em caráter irrevogável e irretratável, por meio de depósito em conta corrente da Renova Energia, no montante de R\$810.129, que foi efetuado em 31 de março de 2014. Estes recursos, juntamente com os recursos disponibilizados pela Cemig GT para a aquisição da Brasil PCH, no valor de R\$739.943

no dia 14 de fevereiro de 2014, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo acordo de acionistas no qual Cemig GT, RR Participações e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova Energia S.A. Após a data de encerramento do direito de preferência dos demais acionistas da Renova Energia, em 27 de outubro de 2014, ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Conselho de Administração da Renova Energia, conforme detalhado na nota explicativa 36.

12. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	30.09.2014				31.12.2013
	Taxa Média Anual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	3,32	2.776.218	(1.630.703)	1.145.515	1.107.641
Transmissão	3,91	57.984	(43.903)	14.081	14.588
Distribuição	10,27	31.049	(28.688)	2.361	3.773
Administração	7,96	364.477	(193.710)	170.767	137.180
Comercialização	7,96	92.225	(11.896)	80.329	5.885
EM SERVIÇO		3.321.953	(1.908.900)	1.413.053	1.269.067
Geração		209.156	-	209.156	261.517
Administração		33.713	-	33.713	148.138
EM CURSO		242.869	-	242.869	409.655
TOTAL DO IMOBILIZADO		3.564.822	(1.908.900)	1.655.922	1.678.722

Segue abaixo a mutação do imobilizado:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 30.09.2014
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.265.186	-	-	-	1.265.186
Edificações, obras civis e benfeitorias	268.130	-	(4.288)	22.690	286.532
Máquinas e equipamentos	1.327.711	-	(7)	185.881	1.513.585
Veículos	15.199	-	(837)	210	14.572
Móveis e utensílios	135.314	-	-	1.788	137.102
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.116.516	-	(5.132)	210.569	3.321.953
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(819.640)	(15.833)	-	-	(835.473)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(163.967)	(4.617)	-	-	(168.584)
Máquinas e equipamentos	(733.890)	(37.133)	7	-	(771.016)
Veículos	(14.130)	(330)	412	-	(14.048)
Móveis e utensílios	(115.822)	(3.957)	-	-	(119.779)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.847.449)	(61.870)	419	-	(1.908.900)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	162	44	-	-	206
Reservatório, barragens e adutoras	88.511	5.313	-	-	93.824
Edificações, obras civis e benfeitorias	68.687	3.717	-	(23.517)	48.887
Máquinas e equipamentos	212.200	36.126	-	(186.549)	61.777
Veículos	183	48	-	(210)	21
Móveis e utensílios	38.966	1.266	(2.963)	-	37.269
Estudos e Projetos	946	232	-	(293)	885
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	409.655	46.746	(2.963)	(210.569)	242.869
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.678.722	(15.124)	(7.676)	-	1.655.922

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 30.09.2013
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	-	-	104.976
Reservatório, barragens e adutoras	1.254.194	-	-	10.992	1.265.186
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.085	-	-	1.447	262.532
Máquinas e equipamentos	1.330.508	-	(9.910)	34.268	1.354.866
Veículos	14.821	-	-	7	14.828
Móveis e utensílios	137.289	-	-	348	137.637
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.102.873	-	(9.910)	47.062	3.140.025
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(798.588)	(15.772)	-	-	(814.360)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(161.883)	(4.126)	-	-	(166.009)
Máquinas e equipamentos	(729.075)	(32.656)	7.792	-	(753.939)
Veículos	(13.965)	(299)	-	-	(14.264)
Móveis e utensílios	(114.358)	(2.999)	-	-	(117.357)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(1.817.869)	(55.852)	7.792	-	(1.865.929)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	98	48	-	-	146
Reservatório, barragens e adutoras	85.330	6.998	-	(10.220)	82.108
Edificações, obras civis e benfeitorias	71.161	6.381	-	(2.266)	75.276
Máquinas e equipamentos	153.080	68.282	-	(32.540)	188.822
Veículos	777	101	-	(139)	739
Móveis e utensílios	37.787	1.078	-	(1.515)	37.350
Estudos e Projetos	2.018	271	-	(382)	1.907
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	350.251	83.159	-	(47.062)	386.348
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.635.255	27.307	(2.118)	-	1.660.444

No período de nove meses de 2014, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$2.547 (R\$481 no período de nove meses de 2013), cuja taxa média de capitalização foi de 7 % ao ano.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados em 2014. Em 2013, a Companhia reconheceu provisão para perda dos ativos da usina fotovoltaica do Consórcio Maracanã Solar. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado às controladas e controladas em conjunto, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30.09.2014			31.12.2013
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	6.797.425	(3.674.505)	3.122.920	3.021.862
Outros ^(a)	581.523	(469.906)	111.617	109.731
EM SERVIÇO	7.378.948	(4.144.411)	3.234.537	3.131.593
Direito de uso da concessão	576.164	-	576.164	663.393
Outros ^(a)	174.891	-	174.891	167.122
EM CURSO	751.055	-	751.055	830.515
TOTAL INTANGÍVEL	8.130.003	(4.144.411)	3.985.592	3.962.108

^(a) Inclui basicamente softwares e servidão de passagem

O Intangível está líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O saldo das obrigações especiais em 30 de setembro de 2014 totalizava R\$362.230 (R\$226.356 em 31 de dezembro de 2013).

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados e em conformidade com o ICPC 01, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 30 de setembro de 2014 totalizava R\$194.531 (R\$128.157 em 31 de dezembro de 2013) e provisão para desvalorização de estoque de R\$3.942 (R\$3.942 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus demais ativos intangíveis.

No período de nove meses de 2014, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$21.159 (R\$16.049 no período de nove meses de 2013), cuja taxa média de capitalização foi de 7,0% ao ano.

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia

hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível:

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 30.09.2014
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.511.987	-	(34.555)	319.993	6.797.425
Outros	552.062	-	(402)	29.863	581.523
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.064.049	-	(34.957)	349.856	7.378.948
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.490.125)	(216.321)	31.941	-	(3.674.505)
Outros	(442.331)	(27.973)	398	-	(469.906)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(3.932.456)	(244.294)	32.339	-	(4.144.411)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	663.393	500.076	-	(587.305)	576.164
Outros	167.122	28.129	-	(20.360)	174.891
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	830.515	528.205	-	(607.665)	751.055
TOTAL	3.962.108	283.911	(2.618)	(257.809)	3.985.592

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01.

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 30.09.2013
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.684.736	-	(58.600)	256.420	6.882.556
Outros	523.711	-	-	43.279	566.990
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	7.208.447	-	(58.600)	299.699	7.449.546
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(3.699.954)	(211.122)	51.524	-	(3.859.552)
Outros	(428.162)	(26.107)	-	-	(454.269)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.128.116)	(237.229)	51.524	-	(4.313.821)
Em Curso					
Direito de uso da concessão	465.991	447.539	-	(419.153)	494.377
Outros	202.316	21.146	-	(40.517)	182.945
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	668.307	468.685	-	(459.670)	677.322
TOTAL	3.748.638	231.456	(7.076)	(159.971)	3.813.047

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01.

A Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente, sendo utilizada para efeitos contábeis e regulatórios, e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES

CIRCULANTE	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Comercialização no mercado de curto prazo ⁽¹⁾	127.435	221.388
Encargos de uso da rede elétrica	40.285	24.857
Encargos do serviço do sistema	2.215	2.215
Energia livre – ressarcimento às geradoras	67.485	62.541
Leilões de energia ⁽¹⁾	267.678	146.613
Itaipu binacional	143.879	114.837
UTE Norte Fluminense	140.138	95.473
Materiais e serviços	212.053	239.338
TOTAL	1.001.168	907.262

⁽¹⁾ Inclui exposição involuntária da distribuidora em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis, vide nota explicativa 10.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa 32.

15. TRIBUTOS A PAGAR

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	86.994	187.332	274.326	115.102	187.640	302.742
ICMS a pagar	28.366	-	28.366	26.261	-	26.261
Parcelamento - Lei 11.941/09	19.590	187.332	206.922	22.708	187.640	210.348
PIS e COFINS a pagar	24.856	-	24.856	54.106	-	54.106
INSS	5.337	-	5.337	4.566	-	4.566
Outros	8.845	-	8.845	7.461	-	7.461
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	50.777	-	50.777	83.516	-	83.516
IRRF a pagar	451	-	451	543	-	543
Provisão de IRPJ / CSLL	50.326	-	50.326	82.973	-	82.973
TOTAL	137.771	187.332	325.103	198.618	187.640	386.258

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a

modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia analisou os possíveis efeitos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resulta em ajustes relevantes nas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2014, assim como nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013. A Companhia optou pela não adoção antecipada da referida lei em 2014.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado					
	Circulante			Não Circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	30.09.2014	31.12.2013
TN - Par Bond	-	2.711	2.711	95.391	98.102	92.351
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(73.750)	(73.750)	(65.884)
TN - Discount Bond	-	431	431	66.561	66.992	63.823
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(51.653)	(51.653)	(46.194)
TN - C. Bond	-	-	-	-	-	3.941
Merrill Lynch	50.246	361	50.607	66.177	116.784	117.468
BNP	108.232	1.926	110.158	-	110.158	114.593
Citibank	-	1.785	1.785	686.279	688.064	422.984
Bank Tokyo - Mitsubishi	-	166	166	147.060	147.226	140.715
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	158.478	7.380	165.858	936.065	1.101.923	843.797
Eletrobrás	1.393	-	1.393	5.064	6.457	6.642
CCB Bradesco	75.000	32.565	107.565	225.000	332.565	306.493
Capital de Giro - Santander	-	-	-	-	-	82.742
Banco do Brasil	-	1.883	1.883	150.000	151.883	155.348
BNDES - FINEM 1	12.680	117	12.797	50.721	63.518	73.044
BNDES - FINEM 2	59.303	498	59.801	93.897	153.698	260.513
BNDES - Capex 11/12	119.591	1.610	121.201	418.083	539.284	629.053
BNDES - Capex 11/12 Light Energia	6.965	67	7.032	17.414	24.446	29.684
BNDES PROESCO	11.667	152	11.819	53.729	65.548	26.586
BNDES Olimpíadas 1	3.310	86	3.396	23.168	26.564	-
BNDES Olimpíadas 2	-	3	3	2.531	2.534	-
BNDES Olimpíadas 3	1.324	60	1.384	9.267	10.651	-
FINEP - Inovação e Pesquisa	-	231	231	141.088	141.319	-
RGR	-	246	246	-	246	246
Fianças bancárias diversas	-	1.228	1.228	-	1.228	819
MOEDA NACIONAL - TOTAL	291.233	38.746	329.979	1.189.962	1.519.941	1.571.170
TOTAL	449.711	46.126	495.837	2.126.027	2.621.864	2.414.967

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2014:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	83,29% CDI	8,60%	2024	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	2024	Única	2024
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	82,65% CDI	8,54%	2024	Única	2024
TN - Caução- Discount Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	2024	Única	2024
TN - C. Bond	29.04.1996	US\$	8,0%	8,0%	2004	Semestral	2014
Merril Lynch	07.11.2011	US\$	CDI + 0,65%	11,76%	2014	Semestral	2016
BNP	17.10.2011	EURO	CDI + 1,3%	11,76%	2014	Única	2014
Citibank	23.08.2012	US\$	CDI + 1,0%	11,43%	2017	Semestral	2018
Citibank	21.02.2014	US\$	CDI + 1,15%	11,76%	2018	Única	2018
Citibank	02.10.2012	US\$	CDI + 1,1%	11,54%	2017	Semestral	2018
Bank Tokyo - Mitsubishi	11.03.2013	US\$	CDI + 0,90%	11,32%	2016	Única	2016
Eletrobrás	Diversas	R\$	5,0%	5,0%	1988	Mensal e Trimestral	2019
CCB Bradesco	18.10.2007	R\$	CDI + 0,85%	11,27%	2012	Anual	2017
Capital de Giro - Santander	03.09.2010	R\$	CDI + 1,4%	11,87%	2014	Única	2014
Banco do Brasil	25.02.2013	R\$	109,3% do CDI	11,29%	2017	Única	2017
BNDES - FINEM - 1	30.11.2009	R\$	4,5%	4,5%	2011	Mensal	2019
BNDES - FINEM - 2	05.11.2007	URTJLP	TJLP + 3,08%	8,08%	2009	Mensal	2017
BNDES - Capex 11/12	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,44%	7,43%	2013	Mensal	2019
BNDES - Capex 11/12 Light Energia	10.04.2012	URTJLP	TJLP + 1,81%	6,81%	2013	Mensal	2018
BNDES PROESCO	16.09.2008	URTJLP	TJLP + 0,72%	5,72%	2009	Mensal	2019
BNDES Olimpíadas - 1	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,08%	8,08%	2015	Mensal	2020
BNDES Olimpíadas - 2	16.12.2013	R\$	TJLP + 6,39%	3,5%	2016	Mensal	2023
BNDES Olimpíadas - 3	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	13,28%	2015	Mensal	2020
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	R\$	4,0%	4,0%	2016	Mensal	2022

Em 21 de fevereiro de 2014, a controlada Light SESA contratou dívida em dólar junto ao Citibank, já com *swap* para CDI, no montante de R\$235.750.

Em 13 de março de 2014, houve recebimento de R\$11.345, referente ao contrato de financiamento BNDES - PROESCO da controlada Light Esco, para financiamento de seus projetos.

Em 28 de abril e em 13 de agosto de 2014, foram recebidos respectivamente R\$28.364 e R\$11.234, referente ao contrato de financiamento BNDES Olimpíadas da controlada Light SESA.

Em 16 de maio de 2014, houve recebimento de R\$141.088 referentes à 1ª parcela do contrato de financiamento entre a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a controlada Light SESA.

Em 26 de agosto e em 12 de setembro de 2014, foram recebidos respectivamente R\$15.300 e R\$5.170 referentes ao contrato de financiamento BNDES – PROESCO da controlada Light ESCO, para financiamento de seus projetos.

Em 03 de setembro de 2014, foi quitado o empréstimo CCB Santander da controlada Light SESA no montante de R\$ 89.361.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por recebíveis, no montante aproximado de R\$72.209 (R\$100.070 em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014, a Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas, controladas em conjunto ou coligadas, no montante de R\$5.867.418 (R\$5.058.793 em 31 de dezembro de 2013).

Em 11 de setembro 2014, foi contratado financiamento pela controlada Light SESA, no valor de R\$580.056, junto ao BNDES, a um custo médio estimado de 8,37% a.a., para implantação do financiamento de investimentos dos anos de 2013 e 2014, dando como garantia uma fiança da Companhia e a cessão fiduciária de 2,30% da Receita Operacional Líquida (ROL) da controlada Light SESA, nos quais os recursos poderão ser liberados até 31 de março de 2015 mediante comprovação financeira. Até 30 de setembro de 2014, nenhum montante tinha sido ainda liberado referente a este contrato.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 30 de setembro de 2014:

	Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2015	129.390	22.059	151.449
2016	307.053	191.178	498.231
2017	424.497	294.120	718.617
2018	173.238	392.160	565.398
2019	76.738	-	76.738
após 2019	79.046	36.548	115.594
TOTAL	1.189.962	936.065	2.126.027

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos períodos:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2013	2.392.169	22.798	2.414.967
Empréstimos e financiamentos obtidos	459.749	-	459.749
Variação monetária e cambial	28.316	-	28.316
Encargos financeiros provisionados	-	126.101	126.101
Encargos financeiros pagos	-	(107.056)	(107.056)
Amortização de financiamentos	(305.407)	-	(305.407)
Amortização custo captação	191	-	191
Encargos financeiros capitalizados ao principal	720	(720)	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	5.003	5.003
SALDO EM 30.09.2014	2.575.738	46.126	2.621.864

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2012	2.247.233	16.198	2.263.431
Empréstimos e financiamentos obtidos	842.687	-	842.687
Variação monetária e cambial	79.556	-	79.556
Encargos financeiros provisionados	-	121.087	121.087
Encargos financeiros pagos	-	(109.578)	(109.578)
Amortização de financiamentos	(684.138)	-	(684.138)
Amortização custo captação	191	-	191
Encargos financeiros capitalizados ao principal	210	(210)	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	16.530	16.530
SALDO EM 30.09.2013	2.485.739	44.027	2.529.766

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos, conforme previsto na deliberação CVM nº 649/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). A cédula de crédito bancário do Bradesco, os empréstimos com o Merrill Lynch, BNP, Citibank, Bank Tokyo - Mitsubishi e com o BNDES, classificados no

circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros (*covenants*). No terceiro trimestre de 2014, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente, exceto para o contrato com o BNP. No entanto, o vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento ao indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. Importante mencionar que esta dívida foi quitada em 21 de outubro de 2014, conforme mencionado na nota explicativa 36.

17. DEBÊNTURES

	Consolidado							
	Circulante			Não Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	30.09.2014	31.12.2013
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	13	-	13	-	-	-	13	27
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	324.276	32.510	356.786	324.573	-	324.573	681.359	659.916
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	39.141	18.041	57.182	430.500	-	430.500	487.682	473.157
Debêntures 9ª Emissão Série A (Light SESA)	-	44.882	44.882	995.818	-	995.818	1.040.700	1.007.750
Debêntures 9ª Emissão Série B (Light SESA)	-	13.953	13.953	610.362	29.554	639.916	653.869	614.223
Debêntures 10ª Emissão (Light SESA)	-	35.590	35.590	744.540	-	744.540	780.130	-
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	84.901	9.657	94.558	84.840	-	84.840	179.398	175.514
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	-	5.830	5.830	423.835	-	423.835	429.665	439.675
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	2.490	1.152	3.642	27.374	-	27.374	31.016	30.082
TOTAL	450.821	161.615	612.436	3.641.842	29.554	3.671.396	4.283.832	3.400.344

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidado em 30 de setembro de 2014:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 4ª Emissão (Light SESA)	30.06.2005	URUTLP	TJLP + 4%	9,00%	2009	Mensal	2015
Debêntures 7ª Emissão (Light SESA)	02.05.2011	R\$	CDI + 1,35%	11,82%	2015	Anual	2016
Debêntures 8ª Emissão (Light SESA)	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	11,63%	2015	Anual	2026
Debêntures 9ª Emissão Série A (Light SESA)	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	11,60%	2018	Semestral	2021
Debêntures 9ª Emissão Série B (Light SESA)	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	12,63%	2020	Semestral	2023
Debêntures 10ª Emissão (Light SESA)	30.04.2014	R\$	115% CDI	11,88%	2018	Anual	2020
Debêntures 1ª Emissão (Light Energia)	10.04.2011	R\$	CDI + 1,45%	11,93%	2015	Anual	2016
Debêntures 2ª Emissão (Light Energia)	29.12.2011	R\$	CDI + 1,18%	11,63%	2016	Anual	2019
Debêntures 3ª Emissão (Light Energia)	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	11,63%	2015	Anual	2026

Em 13 de maio de 2014, foi encerrada a distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, a 10ª emissão de debêntures simples da controlada Light SESA, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com garantia fidejussória, em uma única série, no montante total de R\$750.000.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 649/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 30 de setembro de 2014:

	30.09.2014
2016	556.699
2017	147.669
2018	641.595
2019	646.412
após 2019	1.649.467
TOTAL	3.641.842

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos períodos:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2013	3.349.333	51.011	3.400.344
Debêntures emitidas	750.000	-	750.000
Encargos financeiros provisionados	-	280.526	280.526
Encargos financeiros pagos	-	(191.393)	(191.393)
Amortização de debêntures	(18)	-	(18)
Transferência para Encargos	(2.768)	2.768	-
Variação monetária	-	29.554	29.554
Custo de captação	(5.830)	-	(5.830)
Amortização custo de captação	1.946	-	1.946
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	18.703	18.703
SALDO EM 30.09.2014	4.092.663	191.169	4.283.832

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2012	1.944.302	29.752	1.974.054
Debêntures emitidas	1.600.000	-	1.600.000
Encargos financeiros provisionados	-	159.525	159.525
Encargos financeiros pagos	-	(99.815)	(99.815)
Amortização de debêntures	(203.420)	-	(203.420)
Custo de captação	(7.977)	-	(7.977)
Amortização custo de captação	2.942	-	2.942
SALDO EM 30.09.2013	3.335.847	89.462	3.425.309

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 32.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). As 7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures da controlada Light SESA e as 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures da controlada Light Energia preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No terceiro trimestre de 2014, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente, exceto para a 7ª emissão da Light SESA e 1ª emissão da Light Energia. No entanto, o vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento ao indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro intercalados. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 36.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

CIRCULANTE	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	10.168	5.909
Quota de reserva global de reversão – RGR	782	1.428
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	55.555	55.547
TOTAL	66.505	62.884

19. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	30.09.2014			31.12.2013		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	128.145	-	128.145	133.383	-	133.383
Cíveis	134.668	21.854	156.522	145.189	20.946	166.135
Fiscais	183.528	26.700	210.228	201.774	22.006	223.780
Outras	14.931	-	14.931	20.357	-	20.357
TOTAL	461.272	48.554	509.826	500.703	42.952	543.655

Provisões para riscos:

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os períodos, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2013	133.383	145.189	201.774	20.357	500.703
Adições	11.175	40.117	-	5.330	56.622
Atualizações	-	12.520	2.154	1.044	15.718
Transferências	-	(7.589)	18.536	(10.947)	-
Baixas por pagamentos	(2.656)	(54.818)	(5.943)	(853)	(64.270)
Baixas por reversões	(13.757)	(751)	(32.993)	-	(47.501)
SALDO EM 30.09.2014	128.145	134.668	183.528	14.931	461.272
Depósitos Judiciais em 30.09.2014	23.453	2.578	10.291	-	36.322

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2012	179.082	169.441	188.573	23.179	560.275
Adições	4.415	36.571	1.321	1.097	43.404
Atualizações	-	9.597	17.948	3.774	31.319
Baixas por pagamentos	(3.963)	(46.898)	-	(7.050)	(57.911)
Baixas por reversões	(16.520)	(4.187)	-	(1.104)	(21.811)
SALDO EM 30.09.2013	163.014	164.524	207.842	19.896	555.276

a) Em 30 de setembro de 2014, está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$247.592 (R\$263.316 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$36.322 (R\$91.101 em 31 de dezembro de 2013) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

CONSOLIDADO		
	30.09.2014	31.12.2013
Trabalhistas	71.599	73.717
Cíveis	86.963	86.549
Fiscais	89.030	103.050
Total	247.592	263.316

Provisões Trabalhistas:

Valor Provisionado (Perda Provável)		
	30.09.2014	31.12.2013
Funcionários próprios	97.886	102.342
Funcionários terceirizados	30.259	31.041
TOTAL	128.145	133.383

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários e acidente de trabalho – responsabilidade civil.

Provisões Cíveis:

Valor Provisionado (Perda Provável)		
	30.09.2014	31.12.2013
Ações Cíveis ^(a)	91.031	114.322
Juizado Especial Cível ^(b)	17.464	17.107
Plano Cruzado ^(c)	26.173	13.760
TOTAL	134.668	145.189

^(a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são rés, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

^(b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite

perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos seis principais motivos ofensores para a Companhia e suas controladas – que representam 72,4% das entradas de processos; um bloco com todos os motivos relacionados a acidentes; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.

- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

Provisões Fiscais:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	30.09.2014	31.12.2013
INSS – auto de infração ^(b)	13.183	45.761
INSS – trimestralidade	535	9.367
ICMS ^(a)	132.939	129.782
Outros	36.871	16.864
TOTAL	183.528	201.774

- (a) A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse diferido em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96.

- (b) A controlada Light SESA efetuou, em junho de 2014, a reversão da provisão do valor de R\$32.993, em razão da reavaliação do prognóstico de perda do processo por seus assessores jurídicos considerando a jurisprudência atual, que passou de provável para possível. O processo refere-se a uma Execução Fiscal em que se discute contribuição previdenciária supostamente incidente sobre o pagamento de PLR de forma parcelada, e atualmente encontra-se aguardando julgamento dos Embargos à Execução.

Outras Provisões:

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração Aneel nº 071/2011 - SFE - O Auto de Infração foi lavrado em 30 de novembro de 2011, sob o argumento de eventuais falhas no cumprimento do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, mais especificamente no que se refere ao processo de coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como a realização das compensações financeiras devidas aos consumidores cujos indicadores de continuidade individuais restaram transgredidos. A Aneel aplicou a penalidade no valor expressivo de R\$17.719. A controlada Light SESA apresentou recurso em 06 de fevereiro de 2012, tendo em vista a excessividade da penalidade aplicada, questionando entre os fatos, a ausência de razoabilidade e proporcionalidade da dosimetria aplicada no cálculo da multa. Tendo em vista a penalidade aplicada e a chance de êxito parcial do recurso interposto, a Light SESA provisionou R\$6.840 (R\$6.339 em 31 de dezembro de 2013), mediante parecer de seus assessores jurídicos, e aguarda decisão da Aneel. Em 07 de outubro de 2014 Aneel deu provimento parcial ao recurso da Light SESA, sendo a multa reduzida para R\$6.535. A Light SESA efetuou a quitação integral da multa em 17 de outubro de 2014.
- Auto de Infração nº 0004/2014 - SFE. O Auto de Infração foi recebido pela controlada Light SESA em 15 de janeiro de 2014, sob a alegação de não conformidades detectadas no cumprimento de aspectos da prestação do serviço e resultados do plano de manutenção do sistema subterrâneo de 2012, além de aspectos do próprio sistema subterrâneo. A multa é de R\$2.171. O recurso foi encaminhado pela Light SESA em 24 de janeiro de 2014. A Companhia provisionou R\$2.323 e aguarda decisão da Aneel.

Provisões de honorários de êxito:

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de perda dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis e remotas. Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos períodos:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2013	20.946	22.006	42.952
Causas de perdas possíveis	2.714	4.651	7.365
Causas de perdas remotas	(1.806)	43	(1.763)
SALDO EM 30.09.2014	21.854	26.700	48.554

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2012	14.418	8.459	22.877
Causas de perdas possíveis	41	170	211
SALDO EM 30.09.2013	14.459	8.629	23.088

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	310.287	14.624	336.113	14.035
Trabalhistas	271.732	957	281.071	1.033
Fiscais	4.289.505	523	3.609.700	439
TOTAL	4.871.524	16.104	4.226.884	15.507

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

a) Cíveis

- Irregularidades – A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas, o que, cotidianamente, se conhece como “gato”. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$35.248 (R\$38.856 em 31 de dezembro de 2013).
- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$77.208 (R\$48.399 em 31 de dezembro de 2013).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$29.154 (R\$30.391 em 31 de dezembro de 2013).
- Interrupção e suspensão – Existem em trâmite diversas ações discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é na ordem de R\$15.747 (R\$16.076 em 31 de dezembro de 2013).
- Equipamentos e redes – A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$7.885 (R\$7.210 em 31 de dezembro de 2013).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos a ação proposta no primeiro trimestre de 2012 pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN contra a controlada Light SESA, onde a CSN pleiteia, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade

Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório da ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$35.531 (R\$35.531 em 31 de dezembro de 2013).

- A controlada Light SESA celebrou acordo com um reclamante em determinado processo relacionado a IPTU, em que o advogado da contraparte está pleiteando o pagamento de honorários de sucumbência. A Companhia entende que estes honorários não são devidos. O montante atualmente quantificável é de R\$11.100 (R\$13.153 em 31 de dezembro de 2013).

b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais (Autos de Infração nº 03326780-8, 04011949-7, 03.326.784-0, 04.028.752-6, 03.380329-7 e 03.380330-5). Lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) e multa (períodos de jan/99 a dez/2003 e jan/06 a dez/13) supostamente incidentes sobre valores relativos às perdas de energia elétrica em operações anteriores à sua distribuição, realizadas entre geradoras e a distribuidora. A controlada Light SESA apresentou impugnações em face destas autuações. Dois autos aguardam julgamento em 1ª instância administrativa e em outros dois houve decisões desfavoráveis em 1ª instância administrativa, razão pela qual a Light SESA apresentou os respectivos recursos voluntários. Em setembro de 2014, a Companhia recebeu mais duas autuações, para as quais foram apresentadas as respectivas impugnações. O montante atualmente quantificável destes autos é de R\$2.017.300 (R\$1.392.200 em 31 de dezembro de 2013).
- IRRF sobre Dividendos (Processos 16682.721195/2011-02 e 16682.720657/2012-47) - Autos de Infração, lavrados contra a controlada Light SESA, para a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre valores pagos pela controlada Light SESA, em 2007 e 2008, a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente, originado da regular contabilização do ativo fiscal diferido no resultado, caracterizando-se, assim, como pagamentos sem causa sujeitos à incidência da exação. Diante da regularidade dos procedimentos contábeis, societários e fiscais adotados, foi dado provimento ao Recurso da Light SESA relacionado ao primeiro auto de infração. No momento aguarda-se decurso de prazo para interposição de Recurso em face desta decisão por parte da Fazenda. Com relação ao segundo auto, Interposto Recurso Voluntário, ao qual foi dado provimento para cancelar a autuação. Como não houve recurso por parte da Fazenda em face desta decisão, o processo foi encerrado favoravelmente à Companhia, de forma a se cancelar a autuação. O montante atualmente

quantificável com relação ao primeiro auto é de R\$382.200 (R\$375.300 em 31 de dezembro de 2013) e com relação ao auto que foi cancelado, o risco atual é de R\$0 (R\$235.400 em 31 de dezembro de 2013).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13, 16682.721091/2011-90 e 16682.720203/2014-38) - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Para se valer dos benefícios do programa do REFIS, a Light SESA desistiu integralmente do mandado de segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à Light SESA. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Light SESA quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal a qual aguarda julgamento dos Embargos à Execução. Para 2005 foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Light SESA para cancelar a autuação. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial da União. Já para 2006 a 2008, aguarda-se julgamento dos Recursos Voluntários pelo CARF. Em abril de 2014, a Light SESA foi autuada com relação ao ano de 2009, tendo apresentado impugnação. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e o montante atualmente quantificável é de R\$551.700 (R\$443.100 em 31 de dezembro de 2013).
- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Julgado improcedente o Recurso Voluntário da controlada Light SESA, tendo sido interposto Recurso Especial, o qual também foi julgado improcedente. Opostos embargos de declaração que aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável, é de R\$323.900 (R\$309.500 em 31 de dezembro de 2013).
- Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP) – A controlada Light SESA possui diversos processos discutindo TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. A Light SESA apresentou exceção de pré-executividade nesses processos e no Supremo Tribunal Federal – STF obteve liminar determinando a suspensão das cobranças até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 640286. Foi proferida decisão pelo STF dando provimento ao Recurso Extraordinário da LIGHT. O Município interpôs recurso em face desta decisão, o qual aguarda julgamento.

O montante atualmente quantificado dos processos é de R\$256.497 (R\$256.497 em 31 de dezembro de 2013).

- ICMS Rheem (Processo E-04/892.090/99) - Trata-se de auto de infração para cobrar ICMS, em razão da utilização pela controlada Light SESA de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. para aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário ao qual foi negado provimento. Interposto Recurso ao Pleno pela Light SESA, ao qual foi também negado provimento. Opostos embargos de declaração que aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável é de R\$145.900 (R\$145.900 em 31 de dezembro de 2013).
- ICMS Baixa Renda (Processos E-34/059.150/2004, E-04/054.753/2011, E-04/036.121/2014 e E - 04/036.122/2014) - Autos de Infração lavrados para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica relativa aos consumidores de energia da subclasse baixa-renda oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão. No primeiro caso foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela controlada Light SESA. Interposto recurso ao Conselho de Contribuintes, ao qual foi dado parcial provimento para afastar a tributação da faixa de consumo até 50 kWh (isenta de imposto). No segundo caso, a Light SESA apresentou impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto recurso ao Conselho de Contribuintes, foi proferida decisão dando provimento ao recurso da Light SESA para cancelar a autuação. A Fazenda interpôs Recurso ao Pleno em face desta decisão. Em setembro de 2014 a Companhia recebeu mais duas autuações sobre o assunto, tendo sido apresentadas as respectivas impugnações. O montante atualmente quantificável, no primeiro caso, é de R\$99.100 (R\$95.300 em 31 de dezembro de 2013), no segundo caso, é de R\$37.000 (R\$35.000 em 31 de dezembro de 2013) e no terceiro e quarto caso é de R\$ 15.600 (R\$0 em 31 de dezembro de 2013).
- Despachos Decisórios (71 processos) proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA apresentou Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios, as quais aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável é de R\$249.300 (R\$143.900 em 31 de dezembro de 2013).

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos – com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$17.999 (R\$18.845 em 31 de dezembro de 2013).
- Horas extras e reflexos – pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$60.703 (R\$61.192 em 31 de dezembro de 2013).
- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados/ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$19.749 (R\$16.492 em 31 de dezembro de 2013).
- Diferença de adicional de periculosidade – a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$56.404 (R\$57.001 em 31 de dezembro de 2013).
- Dano moral – pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$36.016 (R\$38.225 em 31 de dezembro de 2013).

A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:

a) Fiscais

- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela controlada Light SESA de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. O montante atualmente quantificável é de R\$278.700 (R\$272.400 em 31 de dezembro de 2013).

- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante atualmente quantificável, é de R\$218.300 (R\$211.800 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia não considera os demais processos individualmente relevantes para divulgação.

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	-	-	-	1.224.666	-	1.224.666
Outros	275	-	275	70	-	70
TOTAL	275	-	275	1.224.736	-	1.224.736

Em 13 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a quitação dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico, Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, pelo valor total de R\$1.228.205, incluindo a atualização pelo CDI.

As movimentações ocorridas no passivo contratual nos períodos são como segue:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 31.12.2013	1.224.666	-	1.224.666
Atualizações no resultado do período	3.539	-	3.539
Amortizações no período	(1.228.205)	-	(1.228.205)
SALDO EM 30.09.2014	-	-	-

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 31.12.2012	114.835	939.863	1.054.698
Amortizações no período	(87.351)	-	(87.351)
Atualizações no resultado do período	86.096	4.963	91.059
Transferência para o circulante	4.338	(4.338)	-
SALDO EM 30.09.2013	117.918	940.488	1.058.406

22. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento de Clientes	545	-	545	1.319	-	1.319
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.613	-	2.613	3.837	-	3.837
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.014	-	1.014	1.789	-	1.789
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.138	-	1.138	2.515	-	2.515
Programa de Eficiência Energética – PEE	62.103	-	62.103	65.533	-	65.533
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	32.801	-	32.801	25.001	-	25.001
Taxa de Iluminação Pública	49.198	-	49.198	47.391	-	47.391
Reserva para reversão	-	70.320	70.320	-	70.320	70.320
Provisão Para Demissão Voluntária	32	-	32	-	-	-
Outros ^(a)	41.408	5.775	47.183	36.482	5.770	42.252
TOTAL	190.852	76.095	266.947	183.867	76.090	259.957

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2014, a Light S.A. tinha como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) - Sociedade controlada pela Redentor Energia S.A.

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota explicativa 2.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a.1) Ativos e receitas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						30.09.2014	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2013 a 30.09.2013
Cliente - Cobrança referente a venda de energia elétrica da Light Energia com a CEMIG - Participa do grupo controlador	156.239	-	jan/2005 a dez/2013	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	772	-	4.784
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	70	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	70	171	566	863
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A	25	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	25	25	125	192
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light Energia com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	10	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	13	11	102	95
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	N/A	-	dez/2012 a jun/2014	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	175	2.876	1.571	2.876
Cliente - Cobrança referente a venda de energia da Light Energia para a Lightcom - Está sob controle comum	3.142.959	182.370	dez/2013 a dez/2016	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	142.551	36.174	409.149	-
Cliente - Compromisso de venda de energia elétrica da Lightger com a CEMIG - Participa do grupo controlador	208.818	1.140	dez/2010 a jun/2028	Preço praticado no mercado regulado	N/A	1.140	1.484	12.080	-

a.2) Fundo de renda fixa – Pampulha

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da Light	
			30.09.2014	31.12.2013
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Cemig GT (Debêntures)	jan/2014 a dez/2016	CDI + 0,8% a.a.	11.097	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Guanhães (Debêntures)	abr/2014 a out/2014	106% do CDI	15.822	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Guanhães (NP)	abr/2014 a out/2014	110% do CDI	19.372	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)	abr/2013 a jan/2016	109% do CDI	2.199	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Cemig GT (Debêntures)	abr/2013 a fev/2017	CDI + 0,7% a.a.	2.119	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Cemig GT (NP)	jun/2014 a jun/2015	107% do CDI	4.207	-

O rendimento do Fundo Pampulha, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foi de R\$17.660 (R\$0 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

b) Passivos e despesas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						30.09.2014	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2013 a 30.09.2013
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	614.049	300.672	jan/2006 a dez/2038	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	526	5.337	(8.012)	(34.053)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	37.600	61.742	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	222	282	(1.678)	(1.574)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	692	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	692	378	(3.362)	(2.423)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	217.213	-	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	-	-	(12.244)	(11.387)
Fornecedor - Compromisso com prestação de serviços da Ativa Data Center com a Light	16.393	651	Ago/2011 a Jan/2016	Termos e condições acordados entre as partes	Não atendimento de algum índice contratual por 3 meses consecutivos	1.124	637	(4.939)	-
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A	5.262	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	5.262	5.287	(2.828)	(3.962)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light S.A., Light SESA, Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social - Braslight - Patrocinadora da fundação	535.052	-	A partir de jun/2001. Vencimento indeterminado	IPCA+ 6% a.a	N/A	275	1.224.736	(3.539)	(91.059)

A controlada Light Energia possui compromisso de compra de energia de 400 MW de capacidade instalada de energia proveniente de projetos do portfólio de sua controlada em conjunto Renova Energia S.A., sendo 200 MW a serem disponibilizados a partir de 2015 até 2035 e 200 MW a partir de 2016 até 2036.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

ii. Remuneração dos administradores

Política de Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal (consolidado).

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de nove meses de 2014 e 2013.

	Consolidado					
	Acumulado 9 meses					
	2014			2013		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa (%)	100%	100%	52%	100%	100%	61%
Remuneração Variável (%)	-	-	48%	-	-	34%
Outros (%)	-	-	-	-	-	5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria paga pela Companhia relativa ao período de nove meses de 2014 e 2013:

	Consolidado							
	Acumulado 9 meses							
	2014				2013			
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
NÚMERO DE MEMBROS ^(a)	22,00	10,00	8,00	40,00	21,20	10,00	8,00	39,20
REMUNERAÇÃO FIXA NO PERÍODO	1.290	508	8.380	10.178	1.234	491	6.993	8.718
Salário ou Pró-labore	1.075	423	4.348	5.846	1.028	409	4.137	5.574
Benefícios diretos e indiretos	-	-	629	629	-	-	658	658
Outros ^(b)	215	85	3.403	3.703	206	82	2.198	2.486
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO PERÍODO	-	-	7.886	7.886	-	-	3.844	3.844
Bônus	-	-	7.886	7.886	-	-	3.182	3.182
Outros	-	-	-	-	-	-	662	662
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	531	531
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO POR ÓRGÃO	1.290	508	16.266	18.064	1.234	491	11.368	13.093

Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao período de nove meses de 2014 e 2013:

	Consolidado					
	Acumulado 9 meses					
	2014			2013		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
NÚMERO DE MEMBROS ^(a)	22,00	10,00	8,00	21,20	10,00	8,00
Valor da maior remuneração individual ^(b)	106	84	3.573	99	79	1.958
Valor da menor remuneração individual ^(b)	53	42	1.649	49	39	988
Valor médio da remuneração individual ^(b)	59	51	2.033	58	49	1.421

^(a) número de membros calculado através da média ponderada do período.

^(b) inclui encargos da Previdência Social e FGTS.

A remuneração total dos administradores na Light S.A., controladora, para o período de nove meses de 2014 é R\$2.404 (R\$1.609 no período de nove meses de 2013).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060 em 31 de dezembro de 2013), sendo o seu capital social de R\$2.225.822 (R\$2.225.822 em 31 de dezembro de 2013), conforme a seguir:

ACIONISTAS	30.09.2014		31.12.2013	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
GRUPO CONTROLADOR	106.304.597	52,12	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	26.576.150	13,03	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS	97.629.463	47,88	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	20.729.808	10,16	21.005.208	10,30
Público	76.899.655	37,72	76.624.255	37,58
TOTAL GERAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.965.072 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos Bônus de Subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos Bônus de Subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 3).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2014, foram aprovados dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$364.838 (composto por R\$332.819 de dividendos adicionais propostos e R\$32.019 de dividendos mínimos obrigatórios), a serem pagos até 31 de dezembro de 2014.

25. RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
NUMERADOR				
Lucro (Prejuízo) do período	(53.095)	321.468	142.698	458.325
DENOMINADOR				
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060	203.934.060	203.934.060
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	(0,260)	1,576	0,700	2,247

Nos períodos de 2014 e 2013 não existiam diferenças entre o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

26. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013 Reapresentado	2014	2013 Reapresentado
Fornecimento/Suprimento (nota 27)	2.226.825	2.081.106	7.591.564	6.694.694
Arrendamentos, aluguéis e outras	13.351	14.222	42.783	43.784
Receita de Uso da Rede	128.101	150.684	403.098	510.948
Receita de Construção	256.558	122.392	634.385	455.241
Renda de Prestação de Serviço	14.886	21.007	50.702	49.145
Subvenção CDE	19.113	21.159	57.339	56.424
Serviço taxado	1.058	991	2.914	3.079
RECEITA BRUTA	2.659.892	2.411.561	8.782.785	7.813.315
ICMS	(504.133)	(483.130)	(1.790.164)	(1.648.273)
PIS / COFINS	(219.793)	(207.515)	(740.554)	(681.862)
Outros	(978)	(1.346)	(4.232)	(3.361)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(724.904)	(691.991)	(2.534.950)	(2.333.496)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	(890)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(30.504)	(17.727)	(82.993)	(53.181)
Reserva Global de Reversão - RGR	(2.676)	(2.397)	(4.694)	(7.191)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.580)	(1.589)	(5.382)	(5.066)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(3.163)	(3.179)	(10.766)	(10.131)
Eficiência Energética - PEE	(6.634)	(6.558)	(22.368)	(20.997)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.163)	(3.179)	(10.766)	(10.131)
Obrigações Especiais	(43.746)	-	(157.255)	-
Outros encargos - Proinfa	(5.889)	(5.558)	(17.971)	(15.985)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(97.355)	(40.187)	(312.195)	(123.572)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(822.259)	(732.178)	(2.847.145)	(2.457.068)
RECEITA LÍQUIDA	1.837.633	1.679.383	5.935.640	5.356.247

A receita da Companhia possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. Durante o verão, o faturamento aumenta em função da maior utilização de equipamentos de refrigeração.

As obrigações especiais referem-se a receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos cobrada dos consumidores, no montante de R\$37.125, e ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão, no montante de R\$120.130, que, embora sejam faturados, não compõem a receita líquida da Companhia desde a última revisão tarifária da controlada Light SESA, ocorrida em novembro de 2013.

27. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	3º Trimestre					
	N.º de Contas faturadas ^(a) ^(b)		GWh ^(a)		R\$	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Residencial	3.835.097	3.744.331	1.867	1.818	642.714	611.567
Industrial	7.894	8.184	337	338	77.281	75.777
Comércio, serviços e outras	321.212	314.707	1.685	1.647	512.323	490.133
Rural	11.674	11.482	17	14	843	669
Poder público	11.737	11.493	363	363	111.371	116.282
Iluminação pública	751	729	168	176	26.687	26.667
Serviço público	1.491	1.435	293	292	57.284	57.002
Consumo próprio	449	456	26	37	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.190.305	4.092.817	4.756	4.685	1.428.503	1.378.097
ICMS	-	-	-	-	487.212	473.073
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	14.381	6.513
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.190.305	4.092.817	4.756	4.685	1.930.096	1.857.683
Comercialização de energia	-	-	-	1.162	256.311	180.096
Energia de curto prazo	-	-	242	225	40.418	43.327
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	242	1.387	296.729	223.423
TOTAL GERAL	4.190.305	4.092.817	4.998	6.072	2.226.825	2.081.106

	Consolidado					
	Acumulado 9 meses					
	N.º de Contas faturadas ^(a) ^(b)		GWh ^(a)		R\$	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Residencial	3.835.097	3.744.331	6.747	6.212	2.369.935	2.149.062
Industrial	7.894	8.184	1.042	1.039	242.778	216.441
Comércio, serviços e outras	321.212	314.707	5.512	5.271	1.707.678	1.563.093
Rural	11.674	11.482	54	40	2.751	2.255
Poder público	11.737	11.493	1.217	1.187	376.434	378.082
Iluminação pública	751	729	516	517	84.028	79.950
Serviço público	1.491	1.435	879	862	175.054	170.699
Consumo próprio	449	456	81	80	-	-
Fornecimento faturado	4.190.305	4.092.817	16.048	15.208	4.958.658	4.559.582
ICMS	-	-	-	-	1.745.597	1.618.541
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(34.947)	(126.614)
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.190.305	4.092.817	16.048	15.208	6.669.308	6.051.509
Comercialização de energia	-	-	2.244	3.540	758.280	579.989
Energia de curto prazo	-	-	454	294	163.976	63.196
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	2.698	3.834	922.256	643.185
TOTAL GERAL	4.190.305	4.092.817	18.746	19.042	7.591.564	6.694.694

^(a) Não revisadas pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em setembro de 2014, com e sem consumo

^(c) Light SESA

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Custos com energia		Custos de operação		Custos com energia		Custos de operação	
	2014	2013 Reapresentado	2014	2013	2014	2013 Reapresentado	2014	2013
Pessoal e Administradores	-	-	(42.204)	(46.531)	-	-	(143.885)	(144.421)
Material	-	-	(1.512)	(7.046)	-	-	(19.397)	(12.665)
Serviço de Terceiros	-	-	(45.628)	(52.377)	-	-	(140.190)	(151.643)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 29)	(1.138.956)	(570.170)	-	-	(3.597.745)	(2.701.398)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(94.213)	(90.398)	-	-	(274.075)	(263.131)
Custo de construção	-	-	(256.558)	(122.392)	-	-	(634.385)	(455.241)
Outras	-	-	(18.449)	1.461	-	-	(28.542)	(33.922)
TOTAL	(1.138.956)	(570.170)	(458.564)	(317.283)	(3.597.745)	(2.701.398)	(1.240.474)	(1.061.023)

DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal e Administradores	(3.977)	(4.357)	(22.662)	(23.750)	(13.558)	(13.539)	(75.936)	(73.005)
Material	(250)	(261)	(447)	(466)	(852)	(759)	(1.509)	(1.358)
Serviço de Terceiros	(22.334)	(21.648)	(38.309)	(38.075)	(65.017)	(65.560)	(112.986)	(114.383)
Depreciação e amortização	(302)	(284)	(11.713)	(9.830)	(868)	(827)	(31.287)	(28.649)
Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	(29.840)	(37.117)	-	-	(91.211)	(114.563)	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais / êxito/ depósitos judiciais	-	-	(20.308)	(4.044)	-	-	(38.726)	(38.633)
Outras	(231)	(223)	(8.588)	(28.660)	(777)	(799)	(63.796)	(61.571)
TOTAL	(56.934)	(63.890)	(102.027)	(104.825)	(172.283)	(196.047)	(324.240)	(317.599)

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS)	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
Outras receitas operacionais	-	5.730	170	4.818
Outras despesas operacionais	(3.072)	(5.962)	(23.979)	(19.917)
TOTAL	(3.072)	(232)	(23.809)	(15.099)

29. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	GWh ^(a)		R\$		GWh ^(a)		R\$	
	2014	2013	2014	2013 Reapresentado	2014	2013	2014	2013 Reapresentado
Encargos de conexão	-	-	627	(3.310)	-	-	(6.252)	(8.810)
Energia de Curto Prazo (Spot)	55	126	(145.603)	6.936	2.286	928	(1.678.468)	(338.612)
Encargos Uso da Rede	-	-	(90.774)	(51.456)	-	-	(206.609)	(145.613)
UTE Norte Fluminense	1.601	1.601	(283.357)	(272.920)	4.751	4.751	(840.970)	(809.956)
Itaipu - Binacional	1.325	1.356	(184.793)	(172.295)	3.918	3.987	(516.050)	(482.197)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(5.265)	(4.421)	-	-	(13.953)	(12.931)
O.N.S.	-	-	(4.737)	(4.130)	-	-	(13.625)	(14.207)
PROINFA	134	134	(33.402)	(31.087)	374	376	(99.899)	(93.953)
ESS	-	-	(25.903)	21.478	-	-	(72.137)	(278.909)
Outros contratos e Leilão de Energia	3.807	3.620	(663.275)	(394.614)	11.907	11.713	(2.067.778)	(1.509.195)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	126.747	58.198	-	-	375.192	246.095
Aporte CDE ^(b)								
Risco Hidrológico	-	-	87.946	2.028	-	-	36.818	131.864
Exposição involuntária	-	-	33.332	-	-	-	1.254.792	160.422
Disponibilidade (Térmicas)	-	-	49.501	-	-	-	269.086	-
CONER (Energia de Reserva)	-	-	-	-	-	-	(12.844)	-
ESS	-	-	-	(24.702)	-	-	-	168.946
Custos de compra de energia	-	-	-	303.416	-	-	-	303.416
Energia de Reserva	-	-	-	(3.291)	-	-	(5.048)	(17.758)
TOTAL	6.922	6.837	(1.138.956)	(570.170)	23.236	21.756	(3.597.745)	(2.701.398)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Vide nota explicativa 10

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA				
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	17.045	15.445	58.408	60.643
Rendimento sobre aplicações financeiras	40.124	39.119	84.801	54.592
Operações de swap	69.962	-	-	45.786
Atualização de Depósitos Judiciais	3.990	2.932	9.422	7.971
Atualização a VNR	(12.803)	14.610	32.004	27.703
Outras receitas financeiras ^(a)	5.313	6.390	32.865	20.090
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	123.631	78.496	217.500	216.785
DESPESA				
Atualização de provisão para contingências	(611)	(2.045)	(15.718)	(27.313)
Despesas com passivos tributários	1.247	(3.220)	(6.954)	(15.875)
Encargos de dívida	(157.188)	(138.909)	(412.303)	(374.804)
Variação cambial e monetária	(106.836)	(16.663)	(57.870)	(79.556)
Operações de swap	-	(8.686)	(24.568)	-
AVP de contas a receber	(332)	(5.934)	3.069	(4.996)
Multas por descontinuidade de energia	(2.670)	(7.374)	(28.920)	(44.951)
Outras despesas financeiras ^(a)	(14.054)	(17.109)	(21.675)	(25.073)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(280.444)	(199.940)	(564.939)	(572.568)
RESULTADO FINANCEIRO	(156.813)	(121.444)	(347.439)	(355.783)

^(a) Referente a outras receitas e despesas de naturezas diversas.

31. CONCILIAÇÃO DE TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	(53.095)	321.468	(79.468)	500.074	142.698	458.325	222.160	706.726
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	18.052	(109.299)	27.019	(170.026)	(48.517)	(155.831)	(75.534)	(240.287)
Equivalência patrimonial	(17.575)	110.198	(250)	(498)	50.899	157.720	(2.547)	(874)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(413)	(894)	(413)	(895)	(2.447)	(1.872)	(2.447)	(1.872)
Incentivos Fiscais	-	-	171	112	-	-	2.001	1.106
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(64)	(5)	(154)	(7.299)	65	(17)	(935)	(6.474)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	26.373	(178.606)	-	-	(79.462)	(248.401)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	7.443	(29.296)	-	-	(89.467)	(102.124)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	18.930	(149.310)	-	-	10.005	(146.277)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	N/A	N/A	33,2%	35,7%	N/A	N/A	35,8%	35,1%

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Controladora			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	2.447	2.447	26.802	26.802
Serviços prestados a receber	150	150	143	143
Dividendos e JCP a receber	359.040	359.040	36.153	36.153
Outros créditos	4.296	4.296	6.146	6.146
TOTAL	365.933	365.933	69.244	69.244
PASSIVO				
Fornecedores	177	177	295	295
Dividendos e JCP a pagar (nota 24)	364.838	364.838	32.019	32.019
Outros débitos	4.040	4.040	3.960	3.960
TOTAL	369.055	369.055	36.274	36.274

ATIVO	Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	376.187	376.187	546.429	546.429
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	985.865	985.865	1.244.000	1.244.000
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes (nota 6)	1.406.357	1.406.357	1.432.827	1.432.827
Serviços prestados a receber	28.212	28.212	29.811	29.811
Dividendos e JCP a receber	1.165	1.165	234	234
Swaps	173.612	173.612	141.214	141.214
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	2.214.935	2.214.935	1.926.226	1.926.226
Outros créditos (nota 10)	375.236	375.236	217.082	217.082
TOTAL	5.561.569	5.561.569	5.537.823	5.537.823
PASSIVO				
Fornecedores (nota 14)	1.001.168	1.001.168	907.262	907.262
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.621.864	2.941.309	2.414.967	2.416.091
Debêntures (nota 17)	4.283.832	4.504.227	3.400.344	3.373.235
Dividendos e JCP a pagar (nota 24)	364.838	364.838	32.019	32.019
Swaps	11.019	11.019	-	-
Outros débitos (nota 22)	266.947	266.947	259.957	259.957
TOTAL	8.549.668	9.089.508	7.014.549	6.988.564

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, estão identificadas a seguir:

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “mantidas para negociação”, mensuradas a valor justo por meio de resultado.

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados como “disponíveis para venda”, mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os juros são calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo “método do custo amortizado”. O valor justo foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “outros passivos financeiros”.

- Outros ativos e outros passivos

Outros créditos e outros débitos, classificados como “empréstimos e recebíveis” e “outros passivos”, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- *Swaps*

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nacional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Instrumentos Financeiros por categoria:

	Controladora			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	2.447	-	26.802	-
Serviços prestados a receber	150	-	143	-
Dividendos a receber	359.040	-	36.153	-
Outros créditos	4.296	-	6.146	-
TOTAL	365.933	-	69.244	-

	Controladora			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Valor justo através do resultado
PASSIVO				
Fornecedores	177	-	295	-
Dividendos e JCP a pagar (nota 24)	364.838	-	32.019	-
Outros débitos	4.040	-	3.960	-
TOTAL	369.055	-	36.274	-

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	376.187	-	-	546.429	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	-	985.865	-	-	1.244.000	-
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes (nota 6)	1.406.357	-	-	1.432.827	-	-
Serviços prestados a receber	28.212	-	-	29.811	-	-
Dividendos e JCP a receber	1.165	-	-	234	-	-
Swaps	-	173.612	-	-	141.214	-
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	-	-	2.214.935	-	-	1.926.226
Outros créditos (nota 10)	375.236	-	-	217.082	-	-
TOTAL	2.187.157	1.159.477	2.214.935	2.226.383	1.385.214	1.926.226

	Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Valor justo através do resultado
PASSIVO				
Fornecedores (nota 14)	1.001.168	-	907.262	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.621.864	-	2.414.967	-
Debêntures (nota 17)	4.283.832	-	3.400.344	-
Dividendos e JCP a pagar (nota 24)	364.838	-	32.019	-
Swaps	-	11.019	-	-
Outros débitos (nota 22)	266.947	-	259.957	-
TOTAL	8.538.649	11.019	7.014.549	-

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013	
	R\$	%	R\$	%
USD	986.311	14,8	725.941	12,6
EUR	108.232	1,6	113.701	2,0
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	1.094.543	16,4	839.642	14,6
CDI	3.932.289	58,9	3.269.168	57,0
IPCA	610.362	9,2	610.137	10,6
TJLP	784.408	11,8	903.027	15,7
Outros	246.799	3,7	119.528	2,1
TOTAL - MOEDA NACIONAL	5.573.858	83,6	4.901.860	85,4
TOTAL	6.668.401	100,0	5.741.502	100,0

Em 30 de setembro de 2014, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$1.094.543, ou 16,4% do principal da dívida (R\$839.642, equivalente a 14,6% em 31 de dezembro de 2013).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nominal em 30 de setembro de 2014 era de US\$394.200 (US\$296.913 em 31 de dezembro de 2013) e de €34.969 (€34.969 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial passa a 0,30% do total da dívida (1,40% em 31 de dezembro de 2013).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do *swap* de taxas anteriormente mencionado. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao Merrill Lynch, BNP, Citibank e Bank Tokyo-Mitsubishi, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

As operações de derivativos, compreendendo os *swaps* de moedas e juros, estes últimos demonstrados mais abaixo no relatório, apresentaram uma perda de R\$24.568 no período de nove meses de 2014 (ganho de R\$45.786 no período de nove meses de 2013). O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 30 de setembro de 2014, considerando o valor justo, é positivo em R\$162.593 (positivo em R\$141.214 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrado nos quadros a seguir de *swap* de moeda e taxas:

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO)	Valor Justo Set.2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Set.2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Set.2014 (R\$) Saldo
Bank Tokyo - Mitsubishi	US\$	US\$+2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	29.662	(529)	29.133
HSBC	US\$	US\$+1,67%	100% CDI	09.10.2012	10.10.2014	1.338	437	(270)	167
HSBC	US\$	US\$	83,29% CDI	20.09.2013	10.04.2015	1.431	192	(133)	59
HSBC	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	1.432	192	(133)	59
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	14.298	(515)	13.783
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	14.509	(516)	13.993
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	14.747	(518)	14.229
Citibank	R\$	US\$+Libor+1,51%	100% CDI + 1,15%	25.02.2014	26.02.2018	100.000	7.002	(1.905)	5.097
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	11.033	(1.359)	9.674
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.667	10.908	(1.356)	9.552
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.667	11.203	(1.353)	9.850
Bank of America	US\$	Libor+2,5294%	100%CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	34.082	(583)	33.499
BNP	EURO	Euro+4,6823%	100%CDI+1,30%	21.10.2011	21.10.2014	34.969	22.683	(1.849)	20.834
TOTAL						429.169	170.948	(11.019)	159.929

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO)	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Saldo
Bank Tokyo - Mitsubishi	US\$	US\$+2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	22.917	-	22.917
Itaú	US\$	US\$+2,42%	100% CDI	11.04.2012	11.04.2014	2.715	978	-	978
HSBC	US\$	US\$+1,67%	100% CDI	09.10.2012	10.10.2014	1.338	214	-	214
HSBC	US\$	US\$	83,29% CDI	20.09.2013	10.04.2015	1.431	120	-	120
HSBC	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	1.432	105	-	105
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	10.339	-	10.339
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	10.504	-	10.504
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	10.708	-	10.708
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2017	26.666	7.145	-	7.145
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	02.10.2017	26.666	7.260	-	7.260
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,5988%	100% CDI + 1,10%	02.10.2012	03.04.2018	26.666	7.408	-	7.408
Bank of America	US\$	Libor+2,5294%	100%CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	31.209	-	31.209
BNP	EURO	Euro+4,6823%	100%CDI+1,30%	21.10.2011	21.10.2014	34.969	29.958	-	29.958
TOTAL						331.882	138.865	-	138.865

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 30 de setembro de 2014. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 30 de setembro de 2015. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 30 de setembro de 2014. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA, BNDES, FOCUS e *Bloomberg*.

OPERAÇÃO	Risco	Dívida (USD e EUR)	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(31.023)	252.214	535.450
Tesouro Nacional	USD	(67.358)	(3.301)	38.798	80.897
Caução	USD	51.164	2.507	(29.471)	(61.448)
Merril Lynch	USD	(47.647)	(2.335)	27.445	57.224
BNP (EURO)	EURO	(35.588)	(11.196)	19.143	49.481
Bank Tokyo - Mitsubishi	USD	(60.068)	(2.943)	34.599	72.141
Citibank	USD	(280.728)	(13.755)	161.700	337.155
DERIVATIVOS			33.530	(281.685)	(596.898)
Swaps (ponta ativa)	USD	455.801	22.334	(262.542)	(547.417)
Swaps (ponta ativa)	EURO	35.588	11.196	(19.143)	(49.481)
TOTAL			2.507	(29.471)	(61.448)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				-25%	-50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do período)			2,5000	1,8750	1,2500
Cotação R\$/EURO (Fim do período)			3,4100	2,5575	1,7050

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), uma vez que à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas o ganho dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo e vice-versa.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade

dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2014, a operação de *swap* de taxa de juros associada ao vencimento de CCB Bradesco com o valor nominal de R\$150.000 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2013), devidamente autorizada pela Administração, apresentou, considerando o valor justo o montante de R\$2.664 (R\$2.349 em 31 de dezembro de 2013), conforme quadro abaixo:

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (R\$)	Valor Justo Set.2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Set.2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Set.2014 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI+(TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	2.664	-	2.664
TOTAL					150.000	2.664	-	2.664

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (R\$)	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI+(TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	2.349	-	2.349
TOTAL					150.000	2.349	-	2.349

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 30 de setembro de 2015. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2014. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&F BOVESPA, BNDES, FOCUS e *Bloomberg*.

OPERAÇÃO	Risco	R\$		
		Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		7.776	46.586	85.397
Aplicações Financeiras	CDI	7.776	46.586	85.397
PASSIVOS FINANCEIROS		(20.726)	(166.012)	(310.411)
Debêntures 7ª Emissão	CDI	(3.453)	(23.099)	(42.746)
Debêntures 8ª Emissão	CDI	(2.467)	(16.505)	(30.544)
Debêntures 9ª Emissão (Série A)	CDI	(5.263)	(35.212)	(65.160)
Debêntures 9ª Emissão (Série B)	IPCA	1.452	(9.438)	(20.327)
Debêntures 10ª Emissão	CDI	(4.557)	(30.544)	(56.628)
Debêntures 1ª Emissão	CDI	(904)	(6.048)	(11.193)
Debêntures 2ª Emissão	CDI	(2.180)	(14.581)	(26.983)
Debêntures 3ª Emissão	CDI	(157)	(1.050)	(1.943)
CCB Bradesco	CDI	(1.677)	(11.219)	(20.761)
BNDES - FINEM direto	TJLP	-	(1.084)	(2.070)
BNDES Direto TJLP+1%	TJLP	-	(1.133)	(2.128)
SESA BNDES Capex 11/12	TJLP	-	(7.562)	(14.466)
BNDES Olimpíadas - Sub A	TJLP	-	(187)	(358)
BNDES Olimpíadas - Sub B	TJLP	-	(196)	(368)
BNDES Olimpíadas - Sub C	SELIC	(120)	(448)	(776)
BNDES - Capex 11/12	TJLP	-	(333)	(644)
PROESCO	TJLP	-	(520)	(1.000)
Banco do Brasil	CDI	(838)	(5.614)	(10.401)
Citibank - Energia	Libor 3M	(140)	(293)	(446)
TN - Discount Bond	Libor 6M	15	(36)	(88)
Merril Lynch	Libor 3M	(87)	(178)	(269)
Citibank 1	Libor 3M	(175)	(366)	(556)
Citibank 2	Libor 3M	(175)	(366)	(556)
DERIVATIVOS		(5.638)	(40.248)	(74.861)
Swaps de moedas (ponta passiva)	CDI	(6.191)	(41.421)	(76.650)
Swaps de taxas (ponta ativa)	LIBOR 6M	(15)	36	88
Swap de taxas (ponta ativa)	LIBOR 3M	578	1.203	1.827
Swap de taxas (ponta ativa)	CDI	785	5.254	9.722
Swap de taxas (ponta passiva)	TJLP/CDI	(795)	(5.320)	(9.848)
TOTAL		(18.588)	(159.674)	(299.875)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do período)		11,38%	14,23%	17,07%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do período)		11,38%	14,23%	17,07%
TJLP (% fim do período)		5,00%	6,25%	7,50%
IPCA (% fim do período)		6,30%	7,88%	9,45%
Selic (% média do período)		11,38%	14,23%	17,07%
Libor 3M (% fim do período)		0,33%	0,41%	0,50%
Libor 6M (% fim do período)		0,24%	0,29%	0,35%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito do contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

Apresentamos no item “a” desta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos, conforme definidos abaixo, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

A definição dos grupos para alocação dos recursos está descrita conforme abaixo, bem como o percentual de participação atual na carteira da Companhia:

- Grupo 1 – Bancos Federais; Patrimônio Líquido: Não se aplica; *Rating* Mínimo: Não se aplica. Percentual na carteira: 37,2%.
- Grupo 2 – Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido maior ou igual a R\$7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 58,4%.
- Grupo 3– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$1 bilhão e R\$7 bilhões; *Rating* Mínimo: AA (S&P e *Fitch*) ou Aaa (*Moody's*). Percentual na carteira: 2,9%.
- Grupo 4– Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$500 milhões e R\$1 bilhão; *Rating* Mínimo: A (S&P e *Fitch*) ou A2 (*Moody's*). Percentual na carteira: 1,5%.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 16 e 17.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(478.193)	(1.179.129)	(5.199.865)	(2.229.705)	(9.086.892)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(160.384)	(28.054)	(356.936)	(114.207)	(659.581)
Fornecedores	(1.001.168)	-	-	-	(1.001.168)
Swap	10.649	(39.855)	111.268	-	82.062

Em 30 de setembro de 2014, a Light S.A. (controladora) está com excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em R\$3.251. Em 14 de outubro de 2014, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários da controlada Lightcom no valor de R\$38.585, relativo ao resultado de janeiro a setembro de 2014 e R\$5.432, referente

à distribuição de reserva de lucros, para a Light S.A, que foi recebido em 04 de novembro de 2014.

a) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	6.905.696	5.815.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	376.187	546.429
DÍVIDA LÍQUIDA (A)	6.529.509	5.268.882
Patrimônio líquido (B)	3.287.018	3.477.139
ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA - % $(A \div (B+A))$	67%	60%

b) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	30.09.2014	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	985.865	-	985.865	-
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	2.214.935	-	-	2.214.935
Swaps	173.612	-	173.612	-
TOTAL	3.374.412	-	1.159.477	2.214.935
PASSIVO				
Swaps	11.019	-	11.019	-
TOTAL	11.019	-	11.019	-

	Consolidado			
	Mensuração do Valor Justo			
	31.12.2013	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	1.244.000	-	1.244.000	-
Ativo financeiro de concessões (nota 9)	1.926.226	-	-	1.926.226
Swaps	141.214	-	141.214	-
TOTAL	3.311.440	-	1.385.214	1.926.226

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como disponível para venda, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados na nota explicativa 9, sendo que não houve nenhum efeito no patrimônio líquido.

33. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2014, o grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoeletricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2014	10.08.2015	40.350	150
Responsabilidade Civil e Geral	31.10.2014	31.10.2015	20.000	770
Riscos Operacionais ⁽¹⁾	08.11.2014	31.10.2015	5.426.824	2.399

⁽¹⁾ Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

⁽¹⁾ Valor Total em Risco de R\$5.426.824

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações e participações acionárias entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber.

As informações por segmento para os períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 30.09.2014
Ativos :						
Ativo circulante	2.736.615	436.546	217.502	369.496	(591.839)	3.168.320
Outros ativos não circulantes	3.453.345	34.863	78.315	311	(6.388)	3.560.446
Investimento	19.464	457.603	365	3.290.186	(3.105.395)	662.223
Imobilizado	239.686	1.325.609	89.832	795	-	1.655.922
Intangível	3.982.827	1.771	830	164	-	3.985.592
TOTAL DOS ATIVOS	10.431.937	2.256.392	386.844	3.660.952	(3.703.622)	13.032.503
Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	2.467.540	532.801	172.515	370.445	(591.839)	2.951.462
Passivo não circulante	5.746.865	998.914	53.732	900	(6.388)	6.794.023
Patrimônio líquido	2.217.532	724.677	160.597	3.289.607	(3.105.395)	3.287.018
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.431.937	2.256.392	386.844	3.660.952	(3.703.622)	13.032.503

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2013
Ativos :						
Ativo circulante	3.177.397	293.818	206.726	79.228	(261.413)	3.495.756
Outros ativos não circulantes	3.199.383	23.473	59.787	305	(59.530)	3.223.418
Investimento	19.584	463.838	406	3.449.075	(3.290.700)	642.203
Imobilizado	240.205	1.347.169	90.535	813	-	1.678.722
Intangível	3.959.677	1.385	825	221	-	3.962.108
TOTAL DOS ATIVOS	10.596.246	2.129.683	358.279	3.529.642	(3.611.643)	13.002.207
Passivos e Patrimônio Líquido:						
Passivo circulante	3.058.995	255.490	216.244	49.146	(261.413)	3.318.462
Passivo não circulante	5.100.790	1.143.012	21.434	900	(59.530)	6.206.606
Patrimônio líquido	2.436.461	731.181	120.601	3.479.596	(3.290.700)	3.477.139
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.596.246	2.129.683	358.279	3.529.642	(3.611.643)	13.002.207

Resultados por segmento:

Acumulado 9 meses	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2014
RECEITA LÍQUIDA	5.179.630	472.330	678.093	3.006	(397.419)	5.935.640
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(4.918.387)	(211.605)	(615.653)	(10.325)	397.419	(5.358.551)
Equivalência Patrimonial	-	(5.144)	(41)	147.397	(149.702)	(7.490)
RESULTADO FINANCEIRO	(289.491)	(68.416)	9.942	526	-	(347.439)
Receita Financeira	201.718	9.284	12.606	643	(6.751)	217.500
Despesa Financeira	(491.209)	(77.700)	(2.664)	(117)	6.751	(564.939)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(28.248)	187.165	72.341	140.604	(149.702)	222.160
Contribuição Social	1.631	(17.420)	(6.862)	(73)	-	(22.724)
Imposto de Renda	8.692	(46.751)	(18.631)	(48)	-	(56.738)
RESULTADO LÍQUIDO	(17.925)	122.994	46.848	140.483	(149.702)	142.698

Acumulado 9 meses	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2013 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	4.829.949	410.158	465.712	7.334	(356.906)	5.356.247
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(4.068.919)	(123.431)	(442.272)	(13.450)	356.906	(4.291.166)
Equivalência Patrimonial	-	(1.198)	(19)	463.076	(464.431)	(2.572)
RESULTADO FINANCEIRO	(295.323)	(66.226)	4.623	1.143	-	(355.783)
Receita Financeira	207.926	10.326	6.154	1.153	(8.774)	216.785
Despesa Financeira	(503.249)	(76.552)	(1.531)	(10)	8.774	(572.568)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	465.707	219.303	28.044	458.103	(464.431)	706.726
Contribuição Social	(43.531)	(19.969)	(2.544)	(113)	-	(66.157)
Imposto de Renda	(120.761)	(54.656)	(6.694)	(133)	-	(182.244)
RESULTADO LÍQUIDO	301.415	144.678	18.806	457.857	(464.431)	458.325

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	Acumulado 9 meses	
	2014	2013
Encargos financeiros capitalizados (imobilizado e intangível)	23.706	16.530
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	68.956	33.365
Receita de construção (DVA)	648.614	455.241

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Conclusão do aumento de capital e entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova Energia

No dia 27 de outubro de 2014, em reunião do Conselho de Administração da Renova Energia, foi homologado o aumento de capital realizado pela Cemig GT que subscreveu e integralizou 87.186.035 ações ordinárias da Renova, no valor total de R\$1.550.071, sendo R\$810.129 mediante capitalização do AFAC feito na Companhia e R\$739.943 integralizado mediante cessão, à Renova, do AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley.

Além da Cemig GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 (incluindo as 655 sobras) ações ordinárias pelos demais acionistas da Renova Energia, totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas.

Segue a nova composição do capital da Renova Energia:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de Controle	188.309.629	79,0%	-	-	188.309.629	59,1%
RR Participações	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,2%	-	-	50.561.797	15,9%
CEMIG GT	87.186.035	36,6%	-	-	87.186.035	27,3%
Outros Acionistas	49.786.482	21,0%	80.408.816,0	100,0%	130.195.298	40,9%
RR Participações ⁽¹⁾	9.560.093	4,0%	-	-	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	23,2%	27.934.275	8,8%
InfraBrasil	11.651.467	4,9%	23.302.933	29,0%	34.954.400	11,0%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3%	10.940.586	13,6%	16.410.879	5,2%
Outros	13.793.204	5,9%	27.542.447	34,2%	41.335.651	12,9%
TOTAL	238.096.111	100,0%	80.408.816	100,0%	318.504.927	100,0%

⁽¹⁾ Ações fora do bloco de controle

Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Após a homologação deste novo aumento no capital social da Renova Energia, o percentual de participação da controlada Light Energia na Renova Energia passou de 21,9% para 15,9%. Essa operação gerou, em outubro de 2014, um ganho líquido de equivalência patrimonial na controlada Light Energia de R\$143.161.

- b) Reajuste tarifário da controlada Light SESA

Em 04 de novembro de 2014, foi aprovado pela Aneel o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 19,23%, para o período iniciado em 07 de novembro de 2014, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 14,54%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis

(Parcela B); e (ii) Financeiro, que vigorará nos próximos doze meses, de 8,64%, considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até esta data, de 3,95%.

- c) Captação de empréstimo da controlada Light Energia junto ao Banco BNP Paribas Brasil S/A

Em 17 outubro de 2014, a controlada Light Energia contratou dívida em euro junto ao Banco BNP Paribas Brasil S/A, já com *swap* para CDI, no montante de R\$156.935 visando reforço do capital de giro, com prazo de dois anos, ao custo de CDI + 1,4% ao ano.

- d) Quitação do contrato de empréstimo da controlada Light SESA junto Banco BNP Paribas Brasil S/A

Em 21 de outubro de 2014, ocorreu a quitação integral do contrato de empréstimo junto ao Banco BNP Paribas Brasil S/A, com pagamento de R\$111.965.

- e) Negociação da 7ª Emissão de Debêntures da Light SESA e 1ª Emissão de Debêntures da Light Energia

Em 11 de novembro de 2014, considerando a existência de recursos disponíveis no caixa, a Administração da Companhia publicou os editais de convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 7ª emissão de debêntures da Light SESA e para a AGD da 1ª emissão de debêntures da Light Energia, com a proposta de pré-pagamento integral das dívidas por meio da alteração do vencimento destes instrumentos financeiros para o dia 12 de dezembro de 2014, anteriormente definido para o ano de 2016.

- f) Participação da Renova Energia no Leilão de Energia de Reserva de 2014 ("LER 2014")

Em 31 de outubro de 2014, a Renova Energia comercializou, no LER 2014, 150,4 MW de capacidade instalada, correspondente a 42,7 MW médios, de energia eólica e solar. A vigência dos contratos será de 20 anos, tendo início o suprimento de energia em outubro de 2017. Foram comercializados 43,5 MW de capacidade instalada, sendo 20,9 MW médios, de energia eólica, a serem gerados por três parques eólicos, localizados no estado da Bahia, pelo valor médio R\$ 138,90/MWh (data base de outubro de 2014). Adicionalmente foram comercializados 106,9 MW de capacidade instalada, sendo 21,8 MW médios, de energia solar a serem gerados por quatro parques solares, também localizados na Bahia, pelo valor médio de R\$ 220,30/MWh (data base de outubro de 2014).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
EFETIVOS	SUPLENTES
Sérgio Alair Barroso	Luiz Fernando Rolla
Humberto Eustáquio César Mota	César Vaz de Melo Fernandes
Raul Belens Jungmann Pinto	Fernando Henrique Schuffner Neto
Maria Estela Kubitscheck Lopes	Carmen Lúcia Claussen Kanter
Djalma Bastos de Moraes	Wilson Borrajo Cid
José Carlos Aleluia Costa	José Augusto Gomes Campos
Fabiano Macanhan Fontes	Carlos Antonio Decezaro
Oscar Rodríguez Herrero	Marcelo Pedreira de Oliveira
Guilherme Narciso de Lacerda	Jalisson Lage Maciel
David Zylbersztajn	Almir José dos Santos
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTES
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Ari Barcelos da Silva
Francisco Luiz Moreira Penna	Aliomar Silva Lima
Raphael Manhães Martins	Ronald Gastão Andrade Reis
Rogério Fernando Lot	Francisco Vicente Santana Silva Telles
Ernesto Costa Pierobon	Alexsandro Pinheiro Cardoso

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto Ribeiro Pinto

Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza

Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho

Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor de Energia e

Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

Ricardo Cesar Costa Rocha

Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis

Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares

Diretor de Comunicação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Roberto Caixeta Barroso

Superintendente de Controladoria

CPF 013.011.556-83

CRC-MG 078086/O-8

Simone da Silva Cerutti de Azevedo

Contadora - Gerente de Contabilidade

CPF 094.894.347-52

CRC-RJ 103826/O-9